

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AUGUSTO DO PRADO PASSOS

DURAÇÃO DAS DEMOCRACIAS E DAS DITADURAS NA ARGENTINA E NO
BRASIL: O QUE ALGUNS DADOS ECONÔMICOS DIZEM PARA O PERÍODO ENTRE
1970-2022?

SOROCABA - SP
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

DURAÇÃO DAS DEMOCRACIAS E DAS DITADURAS NA ARGENTINA E NO
BRASIL: O QUE ALGUNS DADOS ECONÔMICOS DIZEM PARA O PERÍODO ENTRE
1970-2022?

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal de São Carlos, para
obtenção do título de mestre em
economia.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Edmundo
Silva Junior.

SOROCABA-SP
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências em Gestão de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Economia

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado do candidato Augusto do Prado Passos, realizada em 15/12/2025:

Prof. Dr. Geraldo Edmundo Silva Junior
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Jorge Paulo de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Compreender se o gasto público contribui para a manutenção dos regimes políticos é relevante para avaliar o papel do Estado na sustentação da ordem política. Este estudo investiga empiricamente a relação entre despesa pública e a sobrevivência de regimes políticos. A análise concentra-se no Brasil e na Argentina no período de 1970 a 2022, utilizando técnicas de análise de sobrevivência. São estimadas curvas de Kaplan–Meier e modelos de regressão de Cox proporcional para avaliar a relação entre despesa pública e o risco de ocorrência de transições de regime, com e sem variáveis de controle. Os resultados indicam evidências heterogêneas entre países. No caso brasileiro, os achados sugerem que o aumento da despesa pública esteve associado à maior ocorrência tanto de democracia quanto de ditadura. Para a Argentina, a sobrevivência da democracia mostrou-se consistente com a hipótese proposta, enquanto a ditadura não apresentou relação estatisticamente significativa com a despesa nos modelos com variáveis de controle.

Palavras-chave: Política Fiscal; Conflito Distributivo; Democracia; Análise de sobrevivência.

ABSTRACT

Understanding whether public spending contributes to the maintenance of political regimes is relevant for assessing the role of the state in sustaining political order. This study empirically investigates the relationship between public expenditure and the survival of political regimes. The analysis focuses on Brazil and Argentina over the period from 1970 to 2022, using survival analysis techniques. Kaplan–Meier curves and Cox proportional hazards regression models are estimated to evaluate the relationship between public expenditure and the risk of regime transitions, with and without control variables. The results indicate heterogeneous evidence across countries. In the Brazilian case, the findings suggest that increases in public expenditure were associated with a higher occurrence of both democracy and dictatorship. For Argentina, the survival of democracy was consistent with the proposed hypothesis, while dictatorship showed no statistically significant relationship with public expenditure in models including control variables.

Keywords: Fiscal Policy; Distributive Conflict; Democracy; Survival Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sobrevivência da Democracia e Ditadura na Argentina	27
Figura 2 – Sobrevivência da Democracia e Ditadura no Brasil	28
Figura 3 – Efeito parcial da despesa sobre a democracia argentina	30
Figura 4 – Efeito parcial da despesa sobre a democracia brasileira	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Breslow	29
Tabela 2 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Breslow com Penalizadores	32
Tabela 3 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Spline	33
Tabela 4 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Piecewise	35
Tabela 5 – Resultados do modelo AFT (Weibull)	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1	Democracias, Ditaduras e Economia	4
2.2	Conflito distributivo, desigualdade e política na América Latina	6
2.3	O modelo de Transições Políticas	8
2.3.1	A Economia Política nos momentos de transição de regime	10
2.3.1.1	A Economia Política da Ditadura Argentina	11
2.3.1.2	A Economia Política da Ditadura Brasileira	12
2.4	A Nova Economia Política e o problema da política fiscal	16
2.4.1	Desigualdade e Política de rendas	18
2.5	Considerações Teóricas Parciais	20
3	METODOLOGIA	21
3.1	Análise de Sobrevivência	21
3.1.1	Abordagem de Kaplan-Meier	21
3.1.2	Modelo Cox-Proporcional	22
3.1.3	Modelo de Riscos Proporcionais <i>Piecewise</i>	22
3.1.4	Modelo AFT	23
3.2	Base de Dados e Tratamentos	23
3.2.1	Definição de Democracia	24
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	26
4.1	Estimação de Kaplan-Meier para a Argentina	26
4.2	Estimação Kaplan-Meier para o Brasil	28
4.3	Discussão de Resultados dos modelos com covariáveis	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Da Economia à Ciência Política, as discussões a respeito dos processos de transição, desenvolvimento e consolidação dos regimes políticos têm sido constantes. Dentre todos esses debates, a discussão a respeito da sobrevivência é a mais relevante para este trabalho. Entende-se que a relação entre a gestão da política fiscal e os regimes políticos é uma variável central para compreender a sobrevivência, tendo em vista que esta, por sua vez, é um meio pelo qual ocorrem os processos de distribuição de recursos disputados pelos diversos grupos políticos na sociedade.

O trabalho de Acemoglu e Robinson (2001) propõe que sociedades mais desiguais transicionem entre ditaduras e democracias. No momento de mudança de regime, os grupos pobres buscam maior redistribuição de renda e maior taxação das elites. Infere-se daí que democracias possuem maior nível de despesa do que regimes ditatoriais. A motivação desse trabalho parte da noção que tal teoria deve ser testada no contexto das economias latino-americanas.

A hipótese desta dissertação é de que a sobrevivência dos regimes seja facilitada pelo aumento da despesa. Em outras palavras, espera-se uma relação negativa entre ocorrência do evento e aumento da despesa. Esse resultado seria consistente com a ideia de que a ampliação do gasto pode contribuir para a sustentação do regime vigente, seja por meio da acomodação de conflitos distributivos, seja pelo fortalecimento de coalizões de apoio político e social.

Neste trabalho, busca-se investigar empiricamente como a despesa afeta a probabilidade de sobrevivência da democracia ou da ditadura em um determinado país. A análise leva em consideração a duração de regimes democráticos e autocráticos no Brasil e na Argentina, durante o período de 1970 a 2022. A escolha do período se deve ao fato de o período agregar longas observações tanto de ditaduras quanto de democracias.

Para alcançar tal objetivo utilizou-se técnicas estatísticas de análise de sobrevivência. Mais precisamente, a análise de Kaplan Meier e a regressão de Cox, o uso desta última é particularmente relevante, pois permite avaliar quanto uma variável é capaz de influenciar a ocorrência de outra, ou seja, o momento de “falha” da variável oposta, na medida em que as variáveis aqui trabalhadas são variáveis binárias: democracia e ditadura. Para garantir-se a robustez das estimações, testaram-se diversas variações do modelo de Cox, com intuito de garantir o modelo mais adequado.

Com o intuito de evitar o viés de variável omitida, introduziu-se as seguintes variáveis de controle que estão associadas com a sobrevivência democrática na literatura da Economia Política: PIB, inflação, desigualdade, desemprego e população total. Para elas também se elaborou um conjunto de hipóteses relacionadas as expectativas dos seus sinais com o fenômeno estudado.

A literatura sobre processos de democratização, em que sociedades transitam de regimes autocráticos para democráticos, assim como aquela que analisa o caminho inverso, tem tradicio-

nalmente atribuído grande importância aos fatores econômicos, especialmente à relação entre renda e democracia. No entanto, abordagens mais recentes da Economia Política e da Ciência Política argumentam que essa relação é menos direta do que se supunha. Esses estudos sustentam que são as disputas em torno da distribuição de recursos, e não apenas o nível de desenvolvimento econômico, que moldam a trajetória política das sociedades. Ademais, destaca-se a influência de fatores não econômicos capazes de afetar os processos de transição entre regimes.

Este é o caso de Dahl (2012), que incluiu elementos como cultura e educação como componentes constituintes do processo de democratização. Acemoglu et al. (2009) realizou trabalhos empíricos, demonstrando que não há uma relação entre produto e democratização e incluindo a importância do *path dependence* no processo de transformação social. Nesse sentido, Acemoglu e Robinson (2001) propõe uma hipótese alternativa, na qual a desigualdade é o principal motivo para a ocorrência da democratização. Embora a relação entre desigualdade e democratização seja bastante difundida teoricamente, faltam evidências empíricas dessa relação como aponta Houle (2009).

A desigualdade também é um elemento relevante do conflito distributivo e, conseqüentemente, como observa Piketty (2014), o crescimento populacional. As relações entre distribuição de recursos e dinâmica populacional existem desde, pelo menos, a Revolução Francesa, quando as transformações políticas e econômicas influenciaram a estrutura social. Sabe-se também que a população afeta diretamente a capacidade de evolução do produto. Entende-se também que, apesar de menos explícitas, as outras relações entre ação política e economia também existem e precisam ser exploradas. Nesse sentido, incluíram-se as demais variáveis, como a taxa de desemprego.

Considerando que a demografia influencia a distribuição de recursos, espera-se que populações maiores reflitam, de forma mais intensa, as dinâmicas da desigualdade e estejam negativamente associadas a sobrevivência dos regimes políticos, tanto em direção à democracia quanto à ditadura. Além disso, pressupõe-se que os regimes democráticos apresentem maiores níveis de gasto público como proporção do PIB, em consonância com as proposições de Alesina e Tabellini (1988). Por fim, tendo em vista a experiência histórica do Brasil e da Argentina com episódios inflacionários durante os períodos autoritários, espera-se que o aumento da inflação esteja associado à ocorrência de transições democráticas.

Além disso, observa-se que a maior parte dos trabalhos desenvolvidos até então concentra-se em análises de caráter global, em países da OCDE ou em recortes regionais amplos. Essa abordagem, embora relevante para identificar padrões gerais, deixa em aberto uma lacuna importante na literatura: a escassez de estudos voltados à investigação de casos nacionais específicos. A análise de um número reduzido de países, ou mesmo de um único país, pode ser particularmente proveitosa para compreender, com maior profundidade, a trajetória histórica, as dinâmicas institucionais e os condicionantes socioeconômicos próprios de cada contexto.

A pesquisa foi restrita a dois países: Argentina e Brasil. a limitação do escopo se justifica

pela heterogeneidade das experiências histórica, social e econômica dos países da América Latina; portanto, englobá-los em um único modelo não seria adequado, nem do ponto de vista estatístico, nem do ponto de vista teórico. Outro aspecto relevante é a complexidade do fenômeno a ser estudado; sabe-se que outros fatores podem influenciar a sobrevivência de um determinado regime político. Logo, reduzir o escopo irá simplificar o processo de pesquisa na medida em que os elementos de análise se reduzem e permitem a avaliação somente da influência dos aspectos econômicos no processo de transição política.

Outra lacuna existente na literatura é a falta de trabalhos que utilizaram a metodologia de análise de sobrevivência sobre os regimes políticos na América Latina. Os modelos de análise de sobrevivência têm como objetivo avaliar quais fatores influenciam a duração de um determinado fenômeno, mediante o cálculo de suas funções de risco.

Ao abordar essas questões, este trabalho busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre a interdependência entre economia e política na América Latina, fornecendo evidências empíricas que auxiliem na compreensão dos fatores que promovem ou fragilizam a democracia na região. Os achados empíricos neste trabalho buscam contribuir para os avanços teóricos da economia política e da história econômica ao agregar novas evidências a respeito dos temas supracitados na região da América Latina.

Os resultados contrariaram a hipótese no caso brasileiro, indicando que a o aumento da despesa facilitou a ocorrência da democracia e da ditadura. Por outro lado, a democracia argentina foi consistente com a hipótese. Apesar disso, a ditadura argentina não apresentou nenhuma relação estatisticamente significativo nos modelos com variáveis de controle.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica sobre a relação entre economia e regimes políticos, destacando as principais abordagens e debates. O segundo capítulo descreve a metodologia utilizada, destacando os fundamentos teóricos da definição de democracia adotada, bem como os fundamentos matemáticos e estatísticos dos modelos utilizados: Kaplan-Meier e Cox-Proporcional. O terceiro capítulo expõe e analisa os resultados empíricos obtidos, discutindo suas implicações. Por fim, o quarto capítulo apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A articulação histórica entre economia e política na Argentina e no Brasil revela como esses fatores se combinaram para moldar trajetórias políticas específicas, caracterizado por disputas distributivas e condicionantes estruturais. Diante disso, a política fiscal deve ser entendida como base na qual se organiza dinâmica de disputa política e da instabilidade desses regimes. Ainda que a análise privilegie os determinantes econômicos da manutenção ou mudança de regime, reconhece-se que fatores geopolíticos e institucionais também exercem influência relevante sobre a perpetuação dos regimes políticos. Tais dimensões, contudo, extrapolam os limites analíticos desta pesquisa.

2.1 Democracias, Ditaduras e Economia

A teoria dominante sobre democratização na Ciência Política foi, por muitos anos, a teoria da modernização. Conforme Lipset (1959), a teoria enfatiza que quanto mais desenvolvida uma economia, maior é a sua chance de desenvolver uma democracia estável, devido ao papel da classe média no estabelecimento de uma institucionalização da democracia. Nesse sentido, existiria uma convergência para uma elevação da renda agregada da sociedade, que seria distribuída de tal forma que resultaria na emergência de uma classe média com um caráter conservador, na medida em que se opõe a revoluções sociais por ter uma estabilidade econômica e um padrão de vida mais estabelecido.

Dahl (2012) é um dos autores que se opôs a essa visão, introduzindo na discussão um espectro democrático que se amplia à medida que as categorias de oposição e participação aumentam. A oposição destaca a liberdade para que diferentes grupos disputem o poder, ao passo que a participação se refere a capacidade efetiva desses grupos no processo político. O autor destaca fatores importantes que podem levar as transições de regimes autocráticos para democráticos, como educação e desigualdade.

Nesse sentido, o crescimento econômico poderia ser um dos fatores que auxiliaria esse processo de transição de regime, mas não seria somente o único fator relevante para a transição de regime. Tendo em vista que o modelo tem como essência a capacidade da elite de reagir as mudanças políticas. Diante disso, a desigualdade de recursos entre os grupos menos favorecidos e as elites que impedem o processo de democratização não se resumem a desigualdade de renda, mas também a disparidade nos níveis de educação e status social podem influenciar a capacidade de transição política, na medida em que reduzem os custos de repressão por parte das elites.F

Por outro lado, na metade do século XX, a Economia Política passou a ser desenvolvida a partir das análises de sistemas políticos por meio da metodologia neoclássica. Essa abordagem foi chamada de *Public Choice Theory* de acordo com Almeida (2019), ela surgiu como uma

crítica à visão idealizada do político altruísta na teoria econômica, influenciada pelos trabalhos de Lange (1936), no qual não existiria uma diferença em termos de eficiência entre uma economia planejada e não planejada, e pela teoria e prática keynesiana. A *Public Choice Theory* tinha como essência a ideia de que muitas falhas de mercado são, na verdade, falhas de governo. Além disso, a abordagem teve um papel importante na consolidação do enfoque da escolha racional na Ciência Política e na Economia. Exemplos dessa abordagem são os trabalhos de Downs (1957), principalmente reconhecido pelo Teorema do Eleitor Mediano, e Arrow (1951), com o Teorema da Impossibilidade de Arrow. O primeiro afirmava que, em uma eleição majoritária unidimensional, a política preferida pelo eleitor mediano vencerá. Já o segundo demonstrava que não existe um sistema de votação que converta preferências individuais em uma escolha coletiva sem violar pelo menos um dos critérios de racionalidade.

Posteriormente, como afirma Almeida (2019), os institucionalistas apresentam uma nova visão das teorias que associam os fenômenos políticos e econômicos. Sendo North (1990), o primeiro grande expoente dessa escola que combinava elementos do marxismo com proposições da economia neoclássica na tentativa de abordar o fenômeno por uma perspectiva holística em vez de analítica e bastante historicizada, apesar de usar conceitos da teoria dos jogos para sua proposição teórica. Nesse sentido, de acordo com North (1990) as instituições seriam as regras do jogo da estrutura social e econômica e portanto, reduzir a incerteza e os custos de transição.

Por outro lado, para North (1990), a teoria neoclássica, por si só, não era capaz de explicar a diferença de desempenho econômico entre as economias ao longo do tempo. Nesse sentido, a Economia Institucional apresenta o conceito de *path dependence* no qual a trajetória histórica e a evolução institucional se tornam elementos determinantes do desempenho econômico.

A partir disso, desenvolveu-se o neoinstitucionalismo, que buscava combinar os elementos teóricos e históricos trazidos por North (1990) com as ferramentas analíticas neoclássicas. Nesse sentido, Acemoglu et al. (2009) trouxe novas contribuições teóricas e empíricas para o debate, em um trabalho cujo objetivo era testar as hipóteses da teoria da modernização. Nele, os autores construíram um painel balanceado de 25 países com observações a cada 25 anos entre 1875 e 2000. As análises econométricas mostram que, sem efeitos fixos, a renda per capita tem uma relação positiva e significativa com a democracia. No entanto, ao incluir efeitos fixos, que controlam por características inobservadas específicas de cada país, essa relação desaparece. Nesse sentido, elementos históricos como cultura, educação e *path dependence* podem auxiliar a explicar as diferentes trajetórias dos países e seus regimes políticos a nível mundial.

Contudo, transição e sobrevivência de regimes políticos são fenômenos distintos. A transição refere-se ao processo de mudança de um regime para outro, enquanto a sobrevivência diz respeito à capacidade de um regime manter-se estável ao longo do tempo. No que se refere à sobrevivência, as evidências empíricas sugerem que ela é, de fato, favorecida por níveis mais elevados de renda per capita. Em outras palavras, em democracias com maior renda per capita, a probabilidade de uma transição para regimes ditatoriais é significativamente menor como

apontam os resultados de Przeworski (2004).

Embora o crescimento econômico influencie a distribuição de renda, é a segunda variável que deve ser capaz de restringir a possibilidade de sanções por parte das elites, como apontou Dahl (2012). Outra semelhança entre o trabalho de Dahl (2012) e Acemoglu et al. (2009) é que ambos destacam a democracia como um fenômeno multifacetado, influenciado por outros fatores além do crescimento econômico.

Com a transição para economias industrializadas e a volatilidade nos regimes políticos nas sociedades latino-americanas no século XX, os debates entre as relações de distribuição de renda, transição política e dependência econômica começaram a ganhar força.

2.2 Conflito distributivo, desigualdade e política na América Latina

A teoria da modernização que florescia na Ciência Política junto com a teoria do desenvolvimento econômico que crescia dentro da Ciência Econômica, constituiu-se como pontos fundamentais nos quais foram produzidos os debates sobre dependência e desenvolvimento.

A base na qual surgem os debates na economia advém das visões de Lewis et al. (1954); é a ideia de dualidade da economia capitalista em países subdesenvolvidos. Essa dualidade se dava na existência simultânea de um setor agrário atrasado, com baixa produtividade marginal do trabalho, e um outro setor desenvolvido ou capitalista. Segundo Rugitsky (2019), na teoria de Lewis et al. (1954), o desenvolvimento ocorre na transição de uma economia rural para uma economia capitalista, na medida em que o setor capitalista aumenta o excedente e eleva a produtividade média. Rugitsky (2019) também aponta que, a partir disso, a questão sociológica também passou a se constituir como um problema, ou seja, não está claro como deve se estabelecer uma classe capitalista capaz de por em prática o projeto desenvolvimentista.

Nesse contexto, o debate sobre as relações sociais e a condição econômica na América Latina também ganhou força no século XX. A crítica à teoria da modernização foi comum entre os grupos que se originaram para estudar as questões relacionadas ao desenvolvimento na América Latina, segundo Bresser-Pereira (2010). Entre os principais aspectos apontados nas críticas estão fato de a teoria ter sido desenvolvida com base na experiência europeia e norte-americana.

No Brasil, os críticos se separaram em dois grupos: uma corrente que enfatizava a questão da desigualdade de renda e poder das classes dominantes entre países e outra desenvolvimentista que dava primazia ao papel da burguesia nacional na superação do subdesenvolvimento. O primeiro grupo, representado por autores céticos quanto à capacidade de desenvolvimento liderado pelas burguesias nacionais, se desdobra em duas correntes opostas: a corrente marxista e a weberiana. Os principais expoentes da corrente marxista são Bambirra (2015) e Marini (2017), ao passo que Cardoso e Faletto (1977) é o principal nome da corrente weberiana.

A teoria marxista, segundo Bambirra (2015), afirma que os motivos da desigualdade

e da falta de desenvolvimento da América Latina são a divisão internacional do trabalho que legou ao continente uma condição periférica, cuja produção é determinada quase inteira e exclusivamente pela pauta de consumo dos países desenvolvidos. Nesse sentido, a teoria marxista vê nas formas de exploração do trabalho a grande diferença entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Outra concepção central ao pensamento marxista é a crítica e, conseqüentemente, a negação das proposições formuladas pelas teorias clássicas do desenvolvimento predominantes até então. Esses modelos, ao serem aplicados a contextos periféricos, partiam do pressuposto de que os países subdesenvolvidos estariam apenas em um estágio anterior do mesmo percurso histórico dos países desenvolvidos. Como argumenta Frank (1991), essa visão ignora as especificidades estruturais das economias periféricas e desconsidera o fato de que o subdesenvolvimento não representa uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento, mas sim uma condição reproduzida e aprofundada por dinâmicas históricas globais de dominação e dependência. Nesse sentido, havia na teoria dominante uma ausência de avaliação histórica da experiência do subdesenvolvimento latino-americano, assim como uma fraca avaliação de como essas economias estavam inseridas no sistema econômico.

A ideia de que as economias subdesenvolvidas combinava elementos de capitalismo e pré-capitalismo já tinha sido abordada por Furtado (1977) que também incorporou aspectos institucionais a sua análise, o autor entendia que "na América Latina, mais do que em qualquer outra região, os obstáculos ao desenvolvimento seriam principalmente de natureza institucional e, por conseguinte, estrutural" (CARDOSO, 2019, p.216). De forma distinta, na abordagem marxista, o capitalismo latino-americano tem uma forma *sui generis* condicionada pelas circunstâncias históricas de sua condição como colônia, mas não em um estágio do pré-capitalismo (MARINI, 2017). Essas circunstâncias históricas podem ser traçadas na dinâmica estabelecida entre colônias e metrópoles, na qual não havia interesse das primeiras em desenvolver as segundas. Portanto, havia uma primazia do aspecto material na determinação da estrutura econômica da sociedade que implicaria em um certo modelo de instituições políticas.

Por se opor a essa visão, a teoria de Cardoso e Faletto (1977) foi denominada como uma teoria weberiana. Segundo, a visão desses autores se baseia na ideia de que são os arranjos institucionais e políticos responsáveis pela formação da estrutura econômica (AMARAL, 2012). As interações entre os grupos de interesse moldam o corpo social e econômico: "A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade" (CARDOSO; FALETTO, 1977).

Nesse sentido, as diferentes interações entre os grupos de interesse se modificam diante do conflito distributivo e este aspecto também é um determinante da condição socioeconômica de um país, que delegam essa posição aos países dependentes que para se desenvolverem têm que estar associados com os países do centro (CARDOSO; FALETTO, 1977).

Independente das questões sobre causa e efeito da condição de subdesenvolvimento, há algo em comum nas duas visões apresentadas sobre o problema latino-americano: o Estado Nacional é capturado por grupos de interesse e as disrupções de crises institucionais normalmente estão associadas ao conflito distributivo entre os diferentes grupos por parcelas maiores da renda gerada. Essa ideia de instabilidade política causada por conflitos de classe também refletida no modelo de Acemoglu e Robinson (2001). Nesse modelo, os autores buscam explicar as mudanças de regime político como um reflexo das características econômicas das sociedades, enfatizando o papel da desigualdade.

2.3 O modelo de Transições Políticas

Acemoglu e Robinson (2001) propuseram um modelo com dois grupos sociais, os pobres e as elites. O modelo assume que não existem *free-riders* e que o resultado obtido entre os jogos repetidos entre esses grupos depende somente do estado corrente de coisas e das ações tomadas nesse mesmo período. O estado de coisas S pode ser de três tipos: (A, E), (A, R) e (A, D). A variável A indica o resultado da produtividade agregada gerado pelos dois grupos. E indica um Estado não-democrático, D um Estado democrático e R um período de revolução. Como demonstrado na equação (2.1), A pode assumir duas formas: A^h sob condições normais ou A^i momentos de recessão, em que $\alpha < 1$. As recessões são concebidas no modelo como uma janela de oportunidade na qual os agentes podem realizar golpes de Estado.

$$A \begin{cases} A^h = 1 & \text{com probabilidade } 1 - s, \\ A^i = \alpha & \text{com probabilidade } s \end{cases} \quad (2.1)$$

Supondo que as taxas são constantes, ou seja, elas não variam entre os grupos e que os agentes têm preferências idênticas, a restrição orçamentária do governo passa a ser composta pelo estado atual da economia, ou seja, do ciclo econômico. Além disso, depende da parcela de ricos e pobres taxados, representados por $1 - \lambda$ e λ na equação (2.1), respectivamente, sendo que é sempre superior a 1/2. Diante disso, em uma democracia, o nível de taxação de equilíbrio é dado pelo agente pobre.

A renda pós-impostos é dada por

$$y_t^i = (1 - \tau_t) A_t h_i + T_{t,i} \quad (2.2)$$

Na qual:

y = bem único passível a ser consumido na economia.

$\tau_t \geq 0$ = a alíquota de imposto sobre a renda

$T_{t,i} \geq 0$ = a transferência em montante fixo (lump-sum) recebida pelo agente do grupo i proveniente do Estado.

A restrição orçamentária implica do governo implica na seguinte equação:

$$T = \tau_t A_t (\lambda h^p + (1 - \lambda) h^r) - c(\tau_t) A_t h = (\tau_t - c(\tau_t)) A_t h \quad (2.3)$$

Em que:

λ = parcela dos pobres na sociedade.

$\lambda - 1$ = parcela da sociedade formada pela elite.

p = subscrito que designa um agente pobre.

r = subscrito que designa um agente rico (ou da elite).

$c(\tau_t)$ = custo de arrecadação de impostos.

h = ativos em posse dos agentes (em que $h^r > h^p$)

O modelo explora uma sociedade que começa em um regime não democrático, onde os agentes pobres são inicialmente excluídos do processo político. No entanto, eles podem tentar uma revolução em qualquer período $t \geq 1$. Após uma revolução, os agentes pobres expropriam uma fração adicional do estoque de ativos da economia. Contudo, durante o período da revolução, uma parte da renda da economia é destruída e os ricos perdem tudo, dessa forma sempre irão se opor a uma revolução.

Em um cenário democrático, a elite não tem mais o mesmo poder político, mas pode tentar um golpe. Após o golpe, retorna-se ao *status quo* inicial, com a elite controlando o poder político. Um golpe causa perturbação econômica e tumulto político de forma que destrói uma fração da renda de todos os agentes durante o período em que ocorre. Portanto, a renda do agente i se um golpe ocorrer no período t é reduzida. A quantidade do estoque de riqueza perdida no processo revolucionário é o que determina a possível ocorrência de revolução e transição democrática.

Uma vez que se atinge um cenário democrático, a taxa ideal, sem a presença de ameaça de golpe, para o agente pobre é aquela que maximiza o seu consumo por período e é independente do estado da economia. Contudo, a desigualdade aumenta a taxa de imposto preferida pelos agentes pobres, em uma situação de completa igualdade, o eleitor mediano estabelece uma taxa de imposto zero. Portanto, sob a suposição de que o orçamento é equilibrado, são maiores as transferências líquidas para os pobres, cujo nível de desigualdade maior implica em um aumento da taxa de imposto sobre os ricos.

Portanto, sociedades mais desiguais tendem a aumentar a taxa dos ricos, o que por sua vez leva a uma ocorrência maior de golpes de Estado por parte das elites. O processo que leva a execução de um golpe acontece quando os ganhos para os ricos de capturar o poder político e reduzir a tributação são maiores do que o custo do golpe, que inclui a perda econômica durante a instabilidade política. Esse custo é maior quando o nível de renda durante uma recessão é alto,

porque isso aumenta o custo de oportunidade associado à instabilidade política.

A desigualdade também afeta os gastos governamentais, pois o regime de redistribuição muda com as transições políticas. Entretanto, a desigualdade não leva necessariamente a mais redistribuição. Sociedades desiguais podem alternar entre regimes, e em regimes não democráticos não há redistribuição. Portanto, sociedades mais desiguais tendem a ser mais fiscalmente e politicamente instáveis.

Se ao aplicar esses resultados do modelo e projetá-los a economias latino-americanas, pode-se notar que a desigualdade existente nas economias podem retroalimentar um processo de crises políticas que levam a ajustes e desajustes fiscais. Para entender esse fenômeno a fundo é necessário considerar outras hipóteses que também ligam as questões fiscais e problemas políticos para além da desigualdade, tais como os modelos da Nova Economia Política.

Contudo, as proposições de Acemoglu e Robinson (2001) ainda carecem de evidências empíricas quanto ao papel da desigualdade nas transições de regime. Houle (2009) demonstrou que a desigualdade apenas dificulta o processo de consolidação de uma determinada democracia, mas não está associada a democratização, como proposto pela teoria. Diante disso, nem a teoria da modernização, nem a teoria das transições políticas teriam uma fundamentação empírica. Portanto, deve-se estender a análise a experiência histórica dos países aqui estudados, afim de compreender melhor as transições de regime político e sua relação com a economia.

2.3.1 A Economia Política nos momentos de transição de regime

Seria difícil destacar um tipo de política econômica específica a ditaduras ou democracias e o papel dos grupos de interesse e elites no processo, ou na maneira de que essas elites são capazes de moldar e reforçar instituições extrativistas. Instituições extrativistas são instituições cuja "finalidade a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro" (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Diante dessa diversidade de experiências na América Latina, é necessário revisitar algumas das experiências históricas desses países e a economia no momento dos períodos de transição de regime político.

As experiências históricas e sua associação com as variáveis econômicas devem ser levadas em consideração no trabalho desenvolvido até aqui. Contudo, antes é necessário destacar os aspectos institucionais que possuem um efeito tanto sobre a economia, quanto a sobre a possibilidade de transição estudada. Primeiro aspecto institucional se refere a capacidade de repressão através da violência que não é levada em conta como variável nesse trabalho, mas possui relevância na medida em que impossibilitam ou atrasam o desenvolvimento de uma transição política. Além disso, o segundo aspecto institucional é a possibilidade de repressão legal que possui uma influência sobre a transformação da estrutura econômica, um exemplo disso é a que, em ambos os casos, a possibilidade de repressão salarial tornou-se possível, ou seja, a transformação institucional permitiu o estabelecimento de uma nova estrutura econômica com impactos sobre a política econômica.

No caso brasileiro, a ditadura militar caracterizou-se como um evento de longa duração, com profundos impactos sobre a estrutura econômica e institucional do país. Em contraste, na Argentina, as intervenções militares possuíam um caráter recorrente, sendo compreendidas como parte do funcionamento regular do sistema político, embora tenha tido impacto igualmente profundo na estrutura social argentina. Como destaca Heredia (2016), as intervenções militares eram comuns na Argentina e vistas como algo regular pela sociedade.

Contudo, tanto o regime militar brasileiro quanto a ditadura argentina foram precedidos por uma sequência de eventos econômicos caracterizados por instabilidade. Em ambos os casos, tais regimes se instauraram após a implementação de planos econômicos malsucedidos, que não conseguiram conter os desequilíbrios estruturais e a elevada inflação.

Após o fim das ditaduras, tanto no Brasil quanto na Argentina ocorreram crises econômicas de características estruturais nos anos 1980, conhecida como a “década perdida”. Nesse período, ambas as economias passaram por uma estagnação do crescimento, hiperinflação e por uma crise da dívida externa. Embora, as consequências tenham sido parecidas, a definição da estrutura econômica a ser seguida no período da ditadura são bastantes distintas entre os dois países.

2.3.1.1 A Economia Política da Ditadura Argentina

De acordo com Cardoso e Faletto (1977), na Argentina, o desenvolvimento de uma economia agrária propiciou o desenvolvimento do setor público e algumas indústrias ligadas aos setores agrícolas. Contudo, esses outros setores sempre estiveram subordinados ao setor agro-exportador. Ainda segundo Cardoso e Faletto (1977), esse setor foi hegemônico politicamente até a década de 1920, sendo substituído por grupos burgueses agrários ligados a interesses econômicos internacionais. Desenhava-se um esquema no qual, os grupos de interesse nacionais eram submetidos ao interesse de elites internacionais. Essa aliança eventualmente se quebra na medida em que grupos médios e as classes populares buscam maior participação através do peronismo, movimento liderado pelo presidente Juan Domingo Perón, que tinha como princípios a maior participação do Estado na economia e expansão de políticas redistributivas na Argentina.

Segundo Souza (2007), o peronismo tinha como objetivo arquitetar uma estrutura econômica baseada na substituição de importações através da nacionalização de empresas que antes pertenciam ao setor privado e a criação de novas estatais. Embora Perón não tenha chegado ao fim do segundo mandato, sendo deposto do cargo em 1955 por um golpe, houve uma continuidade das políticas econômicas de perfil desenvolvimentista até o golpe de Estado de 1966.

Em 1966, inicia-se um novo modelo de política econômica cuja a essência era combater a inflação no período militar de 1966 até 1973, conforme Souza (2007). Apesar da junta militar deixar o poder, as políticas de ajuste de curto prazo continuam mesmo com o retorno de Perón ao poder. O golpe de 1976 acontece após o *Rodrigazo*, um plano de ajuste fiscal que conforme Ferrari e Cunha (2008) se baseava em uma forte restrição fiscal e desvalorização cambial. Segundo

Calcagno (2016) , o plano era um reflexo da dinâmica cíclica da econômica Argentina desde a crise de 29, em que a economia tinha momentos de expansão, o que permitia o aumento do emprego e do crédito, sucedidos de momentos de retração, caracterizados por desvalorizações cambiais, redistribuição regressiva da renda e desaceleração do produto.

Ainda de acordo com Calcagno (2016), essa oscilação se dava essencialmente pela dinâmica do setor externo e pelas recorrentes crises no balanço de pagamentos. Segundo Rossi et al. (2021), a elaboração do novo plano tinha como objetivos a reorganização da economia argentina e o fim do programa de substituição de importações que vinham acontecendo desde anos de 1930. De acordo com Calcagno (2016), as medidas iniciadas na ditadura argentina buscaram alterar a distribuição de renda por meio da mudança de preços relativos e salários reais. A disparidade entre as taxas de juros internacionais e nacionais tornavam a moeda local valorizada e implicava em uma fuga de capitais.

Segundo Calcagno (2016) a política fiscal seguiu uma orientação ortodoxa, alinhada ao objetivo de estabilizar a economia por meio da contenção da demanda interna e do enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores. Um dos pilares dessa estratégia foi a repressão salarial: o governo impôs controles rígidos sobre os reajustes de salários, o que, em meio a uma inflação elevada, resultou em forte queda do salário real, implicando em uma redução dos gastos públicos. Paralelamente, houve um corte nos benefícios sociais e na atuação redistributiva do Estado. Além disso, o governo militar atuou também pela recomposição da receita, aumentando a quantidade de impostos indiretos, o aumento da tarifa de serviços públicos e a indexação de créditos tributários.

Contudo, as mudanças vão além dos aspectos fiscais. Segundo Calcagno (2016), o movimento do regime militar argentino envolveu uma combinação de políticas baseadas na liberalização cambial e de capitais, além de uma política monetária restritiva. O resultado do pacote de reformas foi a retração do PIB, sem grandes efeitos sobre a inflação. Por volta de 1980, a Argentina enfrentava uma crise no balanço de pagamentos, associada à crise da dívida externa, que, segundo Cooney (2007), cresceu 363% entre 1976 e 1983.

Em suma , pode-se afirmar que o resultado da política econômica durante o período conseguiu mudar a estrutura econômica na medida em que se abandonou o modelo de substituição de importações e aderiu-se a um modelo econômico neoliberal. Contudo, o custo econômico foi relevante, como aponta Calcagno (2016), não só pela deterioração do PIB, mas também pelas contas públicas, com a nacionalização da dívida, bem como a transformação dos gastos que antes eram destinados a investimentos e ao financiamento do funcionalismo público para a despesa com juros da dívida.

2.3.1.2 A Economia Política da Ditadura Brasileira

Os antecedentes econômicos ao golpe militar brasileiro remontam ao Plano Trienal que, segundo Villela (2005), tinha como objetivos: (i) crescer sem elevar a inflação, (ii) garantir

o crescimento real dos salários, (iii) realizar uma reforma agrária e (iv) renegociar a dívida externa. Em suma, o objetivo era aplicar uma agenda macroeconômica de curto prazo ortodoxa e desenvolvimentista no longo prazo. Após o plano, a economia passa então para uma fase de estagflação, com o crescimento do nível de preços e baixo crescimento, reforçando as crises políticas e institucionais que já aconteciam no país.

Após o golpe de 1964, começou-se uma nova agenda econômica. A política econômica durante a ditadura militar brasileira não se resume a uma postura única, expansionista ou contracionista. Como afirma Macarini (2005), a política econômica no período foi marcada por um processo de descontinuidades: ora retraída, tendo em vista a expansão do processo inflacionário baseada no diagnóstico do excesso de demanda, e ora expansionista, considerando a necessidade de continuidade do processo de crescimento e estabelecimento de uma indústria nacional.

Segundo Hermann (2005a), a política econômica dos oito primeiros anos de ditadura militar possui um movimento inicial de estabilização da política macroeconômica, seguido de uma retomada do crescimento econômico, que independe de quem estava a frente do governo e dos ministérios na época. A determinação da diretriz econômica, vinha do diagnóstico do estagflação pela qual passava a economia brasileira, durante o período entre 1963 e 1964.

Nesse sentido, Hermann (2005a) afirma que diante do diagnóstico, o ministro Roberto Campos lançou uma política de cunho ortodoxo com objetivo de estabilizar o elevado nível de inflação da época, baseada no diagnóstico que o aumento da despesa era causa do aumento da base monetária. O plano econômico que foi levado a frente foi o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). O programa devia se basear em um ajuste fiscal (especialmente por meio da reforma tributária), controle do crédito privado e ajustes salariais, no qual os salários deveriam ser reajustados conforme o salário médio do período de referência. Conforme Hermann (2005a), a correção pela média dividia o ônus inflacionário entre lucros e salários, a decisão foi um reflexo do conflito distributivo presente na sociedade brasileira e favoreceu o lucro em relação ao salário real.

Durante o PAEG, a economia brasileira apresentou crescimento moderado e conseguiu reduzir as taxas de inflação em relação ao início do programa. Contudo, em 1967, a inflação ainda ficou acima da meta estipulada de 10%, alcançando cerca de 39% conforme Hermann (2005a). Ainda de acordo com Hermann (2005a), o salário real caiu a cada mês devido a nova política de reajuste implementada pelo governo militar.

De acordo com Oliveira (2007), o PAEG reformulou o arcabouço institucional brasileiro na medida em que permitiu uma retomada da capacidade fiscal para o financiamento do projeto econômico desenvolvimentista. Nesse sentido, a reforma tributária era parte fundamental do PAEG que por sua vez deveria redirecionar o modelo econômico brasileiro. Segundo Oliveira (2007), a reforma devia orientar a transformação de todas as instituições ligadas a arrecadação pública, além de elevar carga tributária nacional que passou de a ser de 24% do PIB após

1968. Apesar disso, o modelo passou longe de ter um perfil redistributivo, na medida em que a tributação do capital e das altas rendas não foi executada na prática, o que aprofundou as desigualdades vigentes no país.

O período da economia brasileira que iniciou a partir de 1968 é conhecido como a fase do "milagre econômico" e teve como principais características as elevadas taxas de crescimento e investimento, junto com baixas taxas de desemprego e baixa inflação. Diferentemente da política do período anterior, o período do milagre parte da convicção de que a política de combate gradual a inflação deve ser associada à tentativa de retomar maiores taxas de crescimento, como aponta Hermann (2005a).

Para evitar o aumento efetivo dos gastos da administração pública direta, aumentou-se os investimentos pela via das empresas estatais, ou seja, durante essa administração era possível realizar investimentos e reduzir o déficit primário simultaneamente. A política salarial do período anterior foi mantida que associada e ao conjunto de subsídios e isenções fiscais a produção agrícola, foram responsáveis por descalerar o aumento da inflação. Outro fator determinante para o estabelecimento do "milagre" foi a capacidade ociosa gerada pelo período do PAEG, segundo Veloso et al. (2008).

A economia do período posterior ao "milagre" (1974-1984) foi marcada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações de acordo com Hermann (2005b), diferentemente do caso argentino, no qual o modelo foi encerrado uma década antes. Entre 1968 e 1973, o crescimento econômico brasileiro esteve fortemente apoiado na expansão da indústria de bens de consumo duráveis, mas também gerou maior dependência do petróleo importado e de bens de capital externos. Segundo Hermann (2005b), Os dois choques do petróleo, de 1973 e 1979 marcaram o período subsequente ao milagre, tendo efeitos sobre a taxa de inflação e sobre deterioração das condições externas do Brasil. No primeiro, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) quadruplicou o preço do barril, elevando os custos de importação para uma economia dependente do petróleo estrangeiro. Isso reduziu a capacidade de importação, gerou déficits comerciais e limitou o crescimento econômico. Já o segundo choque, em 1979, além de novo aumento dos preços do petróleo, coincidiu com a elevação das taxas de juros internacionais, especialmente nos Estados Unidos. Essa combinação agravou o peso da dívida externa brasileira.

A política econômica nesse período atuou na direção de resolver os problemas vistos como estruturais da economia brasileira na época e tomou forma na elaboração e implementação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), intensificando a aposta na substituição de importações. Segundo Castro e Souza (1985) o plano buscava superar a restrição externa da economia brasileira mediante a crise internacional, ou seja, elaborava uma estratégia para economia brasileira mediante a expectativa de uma nova organização econômica internacional na qual os países importadores de petróleo teriam mais dificuldade para se desenvolver.

De acordo com Hermann (2005b), o plano tinha como objetivo o investimento em setores

específicos que auxiliassem a infraestrutura de bens de produção, o setor de energia, a exploração de petróleo e o desenvolvimento de fontes alternativas ao petróleo. Boa parte do financiamento foi externa, o que aumentou a dívida externa e levou ao deterioramento do balanço de pagamentos. Nesse sentido, a economia apresentou um crescimento mediano, liderado pela indústria, contudo com grande aceleração da inflação.

A fase final da ditadura militar, entre 1979 e 1984, foi marcada pela volatilidade econômica, com exceção da inflação, que se consolidava como um problema estrutural e crescente da economia brasileira. Segundo Hermann (2005b), em 1979, o impacto do segundo choque do petróleo e da elevação das taxas de juros internacionais levou a equipe econômica a adotar um ajuste de caráter recessivo. As medidas incluíram a correção das tarifas públicas e a redução dos gastos, com o objetivo de conter o excesso de meios de pagamento, considerado a principal causa da inflação. No entanto, as correções cambiais realizadas no período acabaram intensificando o processo inflacionário. Apesar disso, o PIB ainda registrou crescimento no biênio 1979-1980.

Nos anos seguintes a economia brasileira passou a combinar taxas altas de inflação com a estagnação do crescimento econômico. Seguindo Hermann (2005b), sabe-se que o biênio seguinte (1981-1982) a política monetária ganha maior importância e o governo passou a ter uma postura restritiva. Posteriormente, no biênio (1983-1984), a política fiscal também passou a ser restritiva. Como afirma Castro e Souza (1985), o programa do governo se baseou na redução dos custos com custeio, investimentos e transferências, além de elevação da carga tributária. Apesar de tais políticas, de acordo com Hermann (2005b) deterioração fiscal e monetária seguiu, sendo solucionados somente na década de 1990.

A incapacidade do II PND de cumprir os seus objetivos e a crise econômica internacional logo mudou a direção dos grupos de interesse que antes eram base para a estabilidade do regime, como afirma Cardoso (1983). Ainda segundo o autor, a mudança no posicionamento político tinha como ponto central a reivindicação de uma maior liberalização da economia e um maior poder de decisão ao empresariado. Contudo, o interesse por maior liberalização não se caracterizou como uma oposição direta ao regime, mas uma tentativa de que a democratização acontecesse de maneira gradual.

A partir da democratização, as economias analisadas passam a se inserir em um arcabouço institucional democrático, no qual as eleições deixam de ser apenas um reflexo das condições econômicas e passam também a influenciá-las. Essa interação passou a ser discutida pela nova economia política, especialmente por meio da teoria dos ciclos políticos de negócios (*Political Business Cycle*), que argumenta que governantes tendem a adotar políticas econômicas expansionistas antes das eleições, com o objetivo de estimular o crescimento, melhorar a percepção do eleitorado e garantir a realização dos seus objetivos políticos. Portanto, torna-se necessário entender as teorias da nova economia política, afim de compreender a dinâmica das economias aqui estudadas após a democratização.

2.4 A Nova Economia Política e o problema da política fiscal

Conforme Alves et al. (2023), a partir das crises na década de 70 do século XX, a teoria macroeconômica abandonou a defesa da discricionariedade na política fiscal. Contudo, a política fiscal ainda era comumente utilizada e a teoria macroeconômica voltou-se para a quais os motivos por trás disso e entender tendência deficitária demonstrada pelos países. Uma das causas da instabilidade foi associada a questão política e a discricionariedade no âmbito fiscal, cujos modelos fazem parte do escopo da linha teórica conhecida como Nova Economia Política. (ROMER, 2012).

Os modelos de *Political Business Cycle* buscavam entender esse fenômeno como uma diferença de interesses entre políticos e eleitores. No modelo de Nordhaus (1975), tem-se a Curva de Phillips como válida no curto prazo. Diante disso, há espaço para que os políticos expandem os gastos do governo para reduzir o desemprego e aumentar seus votos no período pré-eleição. Após o período eleitoral, os agentes reajustam seus preços de forma que a economia voltava ao nível de desemprego natural com preços maiores. Desta forma, a política fiscal teria um viés expansionista no período anterior à eleição e contracionista no pós-eleição.

No modelo de Alesina e Tabellini (1988) propõe uma análise alternativa na qual a causa da instabilidade fiscal é a acumulação estratégica de dívida. Demonstra-se aqui, a versão apresentada por Romer (2012) deste modelo. Parte-se da ideia de que os agentes não são míopes como no modelo anterior. Contudo, possuem preferências distintas. Os partidos políticos que têm o poder de ditar os gastos do governo uma vez que estão no poder, também têm preferências distintas entre si. O princípio aqui é que, se cada tipo de formulador de políticas acredita que o tipo de gasto que o outro adotaria não é satisfatória, existe um incentivo para acumular dívida para o período posterior ao seu mandato.

O modelo trabalha com dois horizontes de planejamento econômico. Além disso, supõe-se que a taxa de juros é igual a zero entre períodos e os gastos podem ser de duas formas: M ou N, A soma dessas duas formas de gasto são equivalentes ao total do gasto do governo conforme as equações (2.4) e (2.5).

A emissão de dívida é factível, ou seja, não há equivalência ricardiana. No período 1, o policymaker escolhe gastos com um dos dois bens públicos e o quanto deseja emitir de um período para o outro. Outra hipótese é de que o consumo privado é inexistente e a emissão de dívida reduz a riqueza agregada, como se fosse um empréstimo com um governo externo. O orçamento do governo no primeiro período está descrito na equação (2.4). Em que, W denota a riqueza agregada e D , o nível de dívida. A equação (2.5) mostra o orçamento no período posterior, no qual é possível notar a relação direta com a dívida positivamente omitida no primeiro período.

$$M_1 + N_1 = W + D \quad (2.4)$$

$$M_2 + N_2 = W - D \quad (2.5)$$

A premissa do modelo é que a preferência individual sobre dois bens públicos é heterogênea como demonstrado na equação (2.6). o parâmetro α , indica o peso que um indivíduo dá para um dos tipos de gasto. Como a utilidade marginal é decrescente espera-se uma variância suave entre as duas proporções de bens públicos.

$$V_i = E \left[\sum_{t=1}^2 \alpha_i U(M_t) + (1 - \alpha_i) U(N_t) \right], \quad (2.6)$$

Em que :

V = Utilidade esperada entre bens públicos.

α = peso que o indivíduo coloca em um determinado bem.

Se as preferências tem pico único, isso implica que o teorema do eleitor mediano se aplica a essa situação. Esse teorema afirma que, quando a variável de escolha é escalar e as preferências são de pico único, o valor preferido pelo eleitor mediano vence uma disputa contra qualquer outro valor da variável de escolha. Contudo, se as preferências são extremas, ou seja, os indivíduos consideram qualquer outro bem indesejável. Como seu α é igual a 1. A sua utilidade esperada é dada agora, pela equação (2.6), na qual U significa a utilidade esperada.

$$U = U(W + D) + \pi U(W - D) + (1 - \pi) U(0) \quad (2.7)$$

Em que :

U = Utilidade de uma determinada combinação de bens públicos.

π = Indica a probabilidade do político no período posterior ter α igual a 1.

W = denota a riqueza agregada.

D = denota o volume da dívida pública.

Na equação (2.7) primeiro termo reflete a utilidade do formulador de políticas ao definir $M_1 = W + D$. Os dois termos restantes mostram a utilidade esperada do formulador de políticas no segundo período. Com uma probabilidade π , a política no segundo período é determinada por um indivíduo com $\alpha = 1$.

$$U'(W + D) - \pi U'(W - D) = 0 \quad (2.8)$$

$$\frac{U'(W + D)}{U'(W - D)} = \pi \quad (2.9)$$

Mediante a condição de primeira ordem dessa equação, chega-se na equação(2.8) e partir dela pode se isolar os termos de maneira que obtém-se a equação (2.9). A partir dessa última é possível concluir que o déficit cresce na medida em que a probabilidade de um indivíduo com preferências diferentes assumir o controle do governo. Em outras palavras, o desentendimento sobre a estrutura do orçamento público leva à ineficiência.

Apesar dos modelos de nova economia política serem direcionados às questões de países desenvolvidos. As economias latino americanas também estão sujeitas ao *Political Business Cycle*. Desde que se trate de países democráticos, a hipótese de Alesina e Tabellini (1988) na disputa dos partidos por dois tipos de bens públicos pode ser entendida como a disputa por um gasto mais voltado para o social e outro gasto não social. Devido à heterogeneidade dos agentes não pode-se excluir no modelo de Alesina e Tabellini (1988) a hipótese de que a disputa por bens públicos que gera a dívida não seja causada por um fator ligado à redistribuição de renda.

O modelo seria válido em cenários democráticos, para ser mais preciso é a existência de um regime democrático com alternância de poder que abre espaço para as distorções macroeconômicas e o conflito de interesses, trata-se, sobretudo, de um problema institucional. A nossa hipótese, consistente com a literatura, é que esse fenômeno deve ser menos comum em ditaduras, tendo em vista que não há alternância de poder. Além disso, existe suporte estatístico que é capaz de confirmar ideia de que democracias tendem a estar associadas a níveis mais elevados de gasto público total, como os trabalhos de Profeta et al. (2013) e Balamatsias (2018).

2.4.1 Desigualdade e Política de rendas

No contexto latino-americano, onde a maioria dos países se encontra em condição de desenvolvimento ou subdesenvolvimento, a política de rendas e a desigualdade constituem elementos importantes para a análise. A persistência da desigualdade na região desafia a universalidade das teorias econômicas clássicas do desenvolvimento.

Apesar de diversos momentos transitórios, as economias latino americanos são majoritariamente constituídas de sistemas políticos democráticos desde o século XX. Esse fator somado à questão supracitada acerca da falta de desenvolvimento econômico na região deve levar a investigação a respeito da capacidade redistributiva da democracia e da ação dos grupos de interesse na possibilidade de implementação ou não de políticas de renda.

Acemoglu et al. (2015) aponta que essa relação entre democracia e distribuição de renda não é por vezes clara, a investigação empírica sugere que a democratização aumenta a arrecadação de impostos e a receita do governo, mas não necessariamente reduz a desigualdade. O autor sugere que a economia pode ainda estar politicamente capturada por certas elites ou mesmo por uma classe média que não possui interesse em estender a redistribuição para os mais pobres. Além disso, Acemoglu et al. (2015) também afirma que a democracia pode até aumentar a desigualdade onde a agricultura tem menor peso ou onde mudanças tecnológicas favorecem os mais qualificados.

Este último aspecto foi também destacado no estudo de Huber e Stephens (2014) que foca na desigualdade de renda entre domicílios chefiados por adultos em idade ativa, analisando tanto a desigualdade antes dos impostos e transferências quanto a redistribuição promovida por políticas fiscais. O autor chegou à conclusão que a política fiscal desempenha um papel importante na redução da desigualdade. No entanto, o aumento da desigualdade foi apenas parcialmente compensado por essas políticas, já que o aumento da desigualdade se deve fundamentalmente a mudanças no mercado de trabalho e, portanto, no desemprego. Nesse sentido, entende-se que a incapacidade dos governos de mudar a formação de capital humano é um elemento fundamental para destacar a baixa renda do trabalho e as desigualdades salariais. Segundo os autores, governos de esquerda tendem a manter benefícios sociais e investir mais em capital humano diante do aumento da desigualdade de renda, enquanto países com regimes de bem-estar mais liberais mostraram menos esforço para conter a desigualdade e reduziram gastos com educação e não acompanham as demandas da mudança tecnológica.

Essa disputa política evidencia a ideia colocada por Piketty (2014), que não é somente a dicotomia entre progresso tecnológico e educação que explicam o crescimento da desigualdade. Fatores institucionais e forças políticas atuam sobre a determinação da renda do trabalho. Para além da questão educacional, Piketty (2014) aponta que o poder de barganha de negociação salarial moldada pela estrutura de mercado em conjunto com a regulamentação trabalhista de um determinado país devem também ser constituídos como elementos relevantes na constituição das desigualdades, da formação salarial e conseqüentemente, da política fiscal e da política de rendas.

As proposições expostas aqui não são distintas das propostas por Foley (1978) na qual o autor ao tentar propor uma teoria marxista do gasto estatal. Nela, o autor tenta fugir ao reducionismo na qual o Estado era uma expressão dos interesses de uma classe dominante. Propondo que o Estado seria o espaço no qual a disputa pela parcela da riqueza da sociedade acontece. Nesse sentido, esta visão parece difundida pela teoria econômica, independente das visões e abordagens propostas.

Viu-se também que nesse processo democracias podem ter flutuações fiscais, seja por causa dos ciclos eleitorais ou por disputas sobre quais os bens públicos devem ser ofertados. Contudo, sociedades com maior desigualdade de renda, tendem a ter problemas mais aprofundados dessa natureza, tendo em vista que o valor dos bens públicos torna-se maior na medida em que os indivíduos têm baixa renda e não conseguem adquirir recursos via mercado. Portanto, nota-se que sociedades desiguais tendem a ter maiores tensões via política fiscal como afirmou-se neste trabalho quando foi discutido o modelo de Alesina e Tabellini (1988). Então, faz sentido estudar uma hipótese conjunta de que as transições de regime político estão associadas com mudanças na política fiscal e com sociedades desiguais.

2.5 Considerações Teóricas Parciais

Através do estudo das teorias supracitadas chegou-se as seguintes implicações: i) teorias que tratam de transições políticas estão relacionadas com a questão fiscal seja através do estabelecimento de impostos e subsídios ou através do oferecimento de bens públicos. ii) As coordenações que envolvem as mudanças de política fiscal e da política de rendas acontecem fora do Estado, mas as mudanças e decisões acontecem dentro do Estado. iii) Portanto, o Estado é o lugar no qual acontecem as disputas e deliberações que possuem impacto distributivo e podem afetar as transições de regime político.

3 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, a análise da dinâmica dos regimes políticos tem sido tradicionalmente conduzida por meio de abordagens como Logit e Probit, que tratam as mudanças de regime como eventos discretos observados em cortes temporais específicos. Embora úteis para identificar correlações médias, tais abordagens apresentam limitações importantes, pois não incorporam explicitamente a dimensão temporal do problema em questão.

Diante dessas limitações, este trabalho adota a Análise de Sobrevivência como estratégia metodológica. Ao empregar modelos de sobrevivência, este estudo busca contribuir para a literatura ao explorar uma metodologia capaz de capturar riscos não constantes no tempo, incorporar covariáveis e tratar adequadamente a natureza censurada dos dados, preenchendo uma lacuna ainda pouco explorada pelos trabalhos existentes.

3.1 Análise de Sobrevivência

O presente trabalho tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a presença e a estabilidade de regimes democráticos. Para isso, são empregadas duas estratégias metodológicas principais baseadas na análise de sobrevivência: regressão Cox-proporcional e Kaplan-Meier.

3.1.1 Abordagem de Kaplan-Meier

Os modelos econométricos podem ser paramétricos ou não-paramétricos. No primeiro caso, o modelo possui uma estrutura determinada com um certo número de parâmetros a serem estimados. Greene (2000), aponta que, apesar de sua simplicidade, esses modelos podem por vezes subestimar as taxas de risco. Que poderiam ser obtidas de melhor forma ao utilizar uma estrutura não-paramétrica.

Um exemplo de modelo não-paramétrico é a abordagem de Kaplan e Meier (1958), que é utilizada para a análise de sobrevivência e estimação de risco. Segundo Greene (2000) é importante que os dados sejam organizados de forma crescente no tempo e que nenhuma observação seja censurada. Também é importante que existam K tempos de sobrevivência distintos nos dados, denotados por T_k ; K será igual a n , a menos que haja empates. Seja n_k o número de indivíduos cuja duração observada seja pelo menos T_k . O conjunto de indivíduos cuja duração é pelo menos T_k é chamado de conjunto de risco nesse momento e Seja h_k o número de casos observados que se encerram no tempo T_k . Resultando na função de sobrevivência:

$$\hat{S}(\hat{T}_k) = \prod_{i=1}^k \frac{n_i - h_i}{n_i} = \frac{n_i - h_i}{n_1} \quad (3.1)$$

Cujo estimador da taxa de risco é dado por:

$$\lambda(\hat{T}_k) = \frac{h_k}{n_k} \quad (3.2)$$

3.1.2 Modelo Cox-Proporcional

Outra abordagem importante na análise de sobrevivência é a Cox- Proporcional, trata-se de uma abordagem semi-paramétrica. Segundo Greene (2000) o modelo de riscos proporcionais é uma boa forma de modelar durações porque agrega os elementos do estimador de Kaplan–Meier e os modelos paramétricos que são mais estruturados.

Essa abordagem é utilizada quando busca-se estudar a variável de sobrevivência com outras covariáveis. Nesse sentido, o objetivo é modelar a função de risco com uma função de outras variáveis e também do tempo. Em essência, a ideia é de que o log do risco individual depende linearmente das suas covariáveis e da distribuição do risco ao longo do tempo.

$$\lambda(t_i) = \exp(-x_i\beta)\lambda_0(t_i) \quad (3.3)$$

Conforme, a equação 2.11, têm-se $\lambda(t_i)$ como o risco base, esse é o fator de risco da função quando todas as covariáveis são iguais a zero. Ao passo que a parte da função correspondente as covariáveis não varia com o tempo, ela tem o papel de somente aumentar ou reduzir o risco já existente no risco base. Segundo Greene (2000), o modelo é semelhante ao modelo Logit Condicional elaborado por Chamberlain (1980). Pois o estimador de verossimilhança parcial de Cox fornece um método para estimar β sem a necessidade de estimar λ_0 , removendo heterogeneidade.

Ao eliminar as funções de risco base, a verossimilhança parcial logarítmica é dada pela Equação 2.12, na qual x_k representa as covariáveis do indivíduo que realizou o evento no tempo t_k , e o termo $\sum_{j \in R_k} e^{\beta^\top x_j}$ representa a soma das contribuições dos indivíduos em risco no tempo t_k , formando o denominador da probabilidade condicional:

$$\ln L = \sum_{k=1}^K \left[\beta^\top x_k - \ln \sum_{j \in R_k} e^{\beta^\top x_j} \right]. \quad (3.4)$$

3.1.3 Modelo de Riscos Proporcionais *Piecewise*

Em alguns casos, há a necessidade de avaliar o tempo em que determinada variável ocorreu e se esse tempo possui influência sobre o fenômeno. Nesses casos, impõe-se uma restrição temporal, e essa restrição ao modelo é considerada o modelo de riscos proporcionais *piecewise*.

Em outras palavras, alguns modelos de regressão mantêm a propriedade de riscos proporcionais dentro de intervalos de tempo distintos, mas permitem que o efeito das covariáveis varie entre esses intervalos, conforme Wong et al. (2017) e Kalbfleisch e Prentice (2002). A função de estimação do modelo proporcional de riscos *piecewise* é :

$$h(t | z_i) = h_0(t) \exp(\alpha z_{1i} + \beta_1 z_{2i} \mathbf{1}(t \leq c_i) + \beta_2 z_{2i} \mathbf{1}(t > c_i))$$

onde z_{ji} são covariáveis independentes do tempo (para $j \in \{1, 2, 3\}$), e c_i é o ponto de corte para a i -ésima observação. A função h representa a função de risco e t o tempo.

Segundo Wong et al. (2017), a estimação por máxima verossimilhança consiste em ampliar a base de dados e, posteriormente, aplicar a regressão de Cox. No caso do trabalho aqui apresentado, são utilizadas quebras temporais de 3 e 12 anos.

3.1.4 Modelo AFT

O modelo AFT é um modelo paramétrico e estabelece uma relação direta entre a variável estudada e as covariáveis. De acordo com George et al. (2014), já é assumido no modelo que a variável independente acelerará ou desacelerará a sobrevivência da variável dependente.

$$T = e^{\beta_1 x_1 + \dots + \beta_p x_p} \times \varepsilon$$

onde T é o tempo até o evento, x_1, \dots, x_p e β_1, \dots, β_p são, respectivamente, as variáveis preditoras e seus coeficientes correspondentes; ε é o termo de erro, assumido com uma distribuição paramétrica específica; e $\ln(\varepsilon)$ é o logaritmo natural do termo de erro.

O modelo apresenta uma função cuja estrutura se assemelha a uma regressão linear. No entanto, conforme apontam George et al. (2014), as variáveis exercem efeitos de forma multiplicativa, em vez de aditiva. Ademais, o modelo AFT não exige a pressuposição de normalidade dos resíduos. No caso do modelo aplicado neste estudo, adotou-se a distribuição de Weibull.

3.2 Base de Dados e Tratamentos

Os dados utilizados neste trabalho foram divididos em duas categorias: variáveis macroeconômicas históricas e indicadores, como o índice de Gini e o índice de democracia.

País	Inflação	Gasto/PIB	População	PIB	Gini	Desemprego
Brasil	FMI	FMI	BM	FMI	BM/LANG	FMI
Argentina	FMI	FMI	BM	FMI	BM/ALT	FMI/TOR

Nota: Período analisado: 1970–2022 para todas as variáveis.

Variáveis com dados faltantes foram preenchidas por interpolação linear.

Siglas: FMI = Fundo Monetário Internacional; BM = Banco Mundial;

LANG = (LANGONI, 1973); ALT = (ALTIMIR et al., 2002)

TOR = (TORRADO et al., 1992).

O período analisado compreende os anos de 1970 a 2022. No entanto, devido à ausência de informações para alguns anos, foi necessário aplicar técnicas de interpolação em determinadas variáveis.¹

As variáveis de gasto público como proporção do PIB e taxa de inflação estão disponíveis no site do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os dados de crescimento populacional foram extraídos do Banco Mundial, assim como o índice de Gini, complementados por outras fontes adicionais, como Langoni (1973). Os dados de desemprego e crescimento do PIB foram majoritariamente extraídos do site do FMI, embora também tenham sido utilizadas outras fontes complementares para dados faltantes como Altimir et al. (2002) e Torrado et al. (1992).

3.2.1 Definição de Democracia

Este trabalho segue os índices criados por Cheibub et al. (2010) cujo intuito era dar uma classificação dicotômica para democracias e não democracias e facilitar a elaboração de trabalhos empíricos. Segundo o autor, a definição de uma democracia baseada em critérios específicos facilita os estudos empíricos pois quando se usa concepções mais substantivas de democracia a possibilidade de criar relações entre variáveis é reduzida. Além disso, tais concepções diminuem a diferença entre a democracia e outras instituições como o Estado, por exemplo. Embora essas diferentes visões não sejam excludentes, somente não são cambiáveis entre si.

Por conta disso, os critérios da dimensão democrática são baseados em dois aspectos: regime e contestação. A contestação ocorre quando existe uma oposição com alguma chance de ganhar cargos como resultado das eleições. As características desse fator foram estabelecidas por Przeworski (1991), sendo essas a incerteza sobre o resultado antes da eleição e a incerteza ex-ante. A irreversibilidade ex post, na qual o vencedor realmente assume o cargo. Além disso, as eleições que atendem aos critérios descritos anteriormente devem ocorrer em intervalos regulares e conhecidos.

É necessário também que existam regras para avaliar se os cargos são preenchidos por eleições e se essas eleições são disputadas. Um regime é classificado como democracia se cumprir todos os seguintes requisitos: o chefe do executivo deve ser escolhido por eleição popular ou por um corpo eleito popularmente, o legislativo deve ser eleito popularmente, deve haver mais de um partido competindo nas eleições e deve ter ocorrido uma alternância de poder sob as mesmas regras eleitorais que trouxeram o incumbente ao cargo.

Cheibub et al. (2010) com base nas definições apontadas, conseguiu montar variáveis de transição de regime, pois demonstrou em qual momento um país se tornou ou deixou de ser

¹ A abordagem empregada para a interpolação simples consiste em utilizar a própria série temporal como base para o preenchimento dos valores ausentes por meio de técnicas de interpolação. Esse procedimento busca estimar valores intermediários de uma variável a partir das observações conhecidas, assumindo que o comportamento da série apresenta continuidade ao longo do tempo. No caso da interpolação linear se pressupõe uma variação constante entre os valores da série. No presente estudo, caso o valor inicial, correspondente ao ano de 1970, não possa ser obtido em outras fontes, este é estimado pela média dos valores observados na série.

uma democracia. Apontando que um país é uma nova democracia se era uma democracia no ano anterior e manteve-se democrático por cinco anos, assumindo, nesses anos, o valor 1. Um país é uma democracia estabelecida se depois de 5 anos não se tornou uma ditadura, tendo valor 1 ou valor 0, caso contrário. O contrário vale para novas democracias e ditaduras estabelecidas.

Neste trabalho, utilizamos esses critérios de transição com base na série temporal atualizada por Bjørnskov e Rode (2020) sobre democracias e ditaduras, que segue os critérios de Cheibub et al. (2010). Essa metodologia foi amplamente utilizada na Ciência Política e na Economia Política, como no trabalho de Wang et al. (2021), no qual ele tenta avaliar o impacto da democracia sobre as inovações. Osei-Tutu e Weill (2023) também utilizou a referência de Cheibub et al. (2010) para avaliar o efeito da democracia sobre o acesso ao crédito das firmas. Por exemplo, Rodrik e Wacziarg (2005) buscou estudar o efeito das transições políticas em variáveis econômicas. Mais precisamente, utilizando a metodologia de dados em painel com efeitos fixos, os autores tentaram entender como a sobrevivência de regimes democráticos tende a afetar seu desempenho econômico, sobretudo na capacidade das democracias de afetarem o crescimento do produto.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A seleção das variáveis PIB e desigualdade justifica-se pela ampla literatura revisada ao longo dos capítulos anteriores. A relação entre crescimento econômico e transição de regimes políticos foi objeto de diversas investigações teóricas e empíricas, cujo consenso aponta para a inexistência de causalidade entre esses fenômenos. Dessa forma, não se espera encontrar uma relação significativa entre PIB e a sobrevivência dos regimes.

No que diz respeito à desigualdade de renda, ao se observar as proposições teóricas de Acemoglu e Robinson (2001) e interpretações sociológicas de Cardoso e Faletto (1977), espera-se que sua relação com a transição de regime seja empiricamente relevante. Considerando ainda o vínculo frequentemente observado entre o tamanho da população e a desigualdade, é plausível antecipar uma associação positiva entre essas variáveis. De modo semelhante, pressupõe-se que o desemprego intensifique tensões em sociedades marcadas por elevados níveis de desigualdade. Por isso, espera-se que exista uma relação entre o desemprego e a transição de regime.

Além disso, dado o histórico de alta inflação e subsequente enfraquecimento de regimes autoritários na América Latina, espera-se que níveis elevados de inflação reduzam a probabilidade de sobrevivência das ditaduras. Por fim, conforme argumenta Acemoglu e Robinson (2001), espera-se que as democracias estejam associadas a maiores níveis de gasto público em proporção ao PIB.

4.1 Estimação de Kaplan-Meier para a Argentina

Inicialmente, testou-se a probabilidade de sobrevivência dos regimes democrático e ditatorial na Argentina entre 1970 e 2022 através das funções de Kaplan-Meier. Desta forma, o estudo conta com 53 observações, cada uma representando um ano específico.

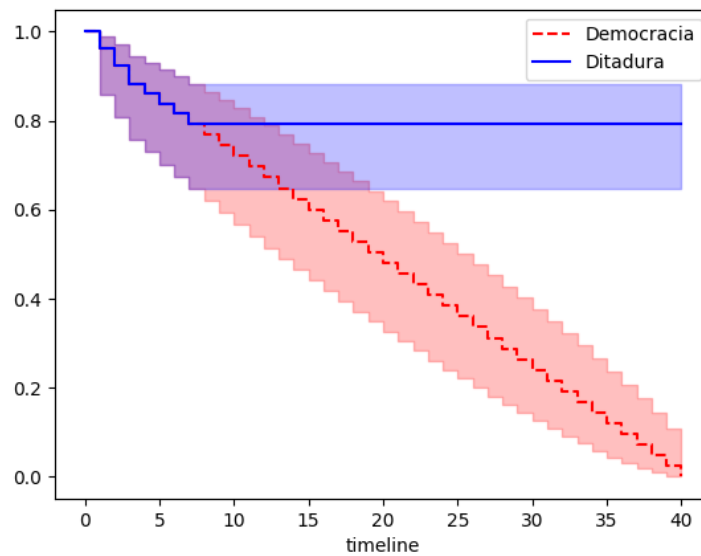


Figura 1 – Sobrevivência da Democracia e Ditadura na Argentina

É possível observar que a Argentina possui dois registros de ditaduras no período da amostra: de 1970 até 1973 (apesar de a ditadura ter se iniciado de fato em 1966) e de 1976 até 1983. Mediante a recorrência dos regimes ditatoriais e sua curta duração, a redução da sobrevivência ao longo do tempo é algo plausível, tendo em vista que a experiência política da Argentina foi caracterizada por um conjunto de interrupções do regime democrático e pelo estabelecimento de ditaduras. Contudo, nota-se que existe alta probabilidade de consolidação após dez anos, demonstrando que embora a sociedade argentina fosse marcada pela recorrência de transições de regime político e ocorrência de golpes de Estado, uma ditadura militar poderia se consolidar caso os regimes sobrevivessem por mais tempo.

Através da Figura 1, observa-se que a ditadura tem uma probabilidade de sobrevivência decrescente nos primeiros anos, sendo substituída por uma estabilidade na probabilidade de sobrevivência a partir do décimo ano. Porém, a estabilidade é verificada em um patamar de 80%. Em outras palavras, os resultados indicam uma estabilização da ditadura após os oito anos com probabilidade de sobrevivência de 80%, isto é, a ditadura argentina deveria se consolidar após dez anos.

Ao observar a comparação das funções de sobrevivência estimadas para democracias e autocracias. Nota-se que o comportamento empírico das curvas não reflete plenamente o padrão esperado pelo modelo teórico Acemoglu e Robinson (2001), uma vez que ambas as formas de regime deveriam apresentar probabilidades de sobrevivência decrescentes ao longo do tempo, na medida em que as sociedades desse perfil deveriam apresentar instabilidade política em decorrência da instabilidade econômica e da distribuição de renda. O resultado da estimação de Kaplan-Meier indica que as democracias tendem a ser mais sensíveis a choques e pressões externas ou internas, dado que sua manutenção depende de maior consenso social,

estabilidade institucional e legitimidade política, enquanto as autocracias, por sua estrutura de poder mais concentrada, costumam apresentar uma resistência aparente maior a tais perturbações, ao passo que as ditaduras tendem a estabilizar-se. É possível hipotetizar que, no caso argentino, os instrumentos capazes de manter um regime ditatorial são maiores após dez anos, sejam eles econômicos ou de outra natureza. Para testar a capacidade da influência dos fatores econômicos, é necessário realizar uma avaliação da sobrevivência dos regimes políticos em relação ao conjunto de covariáveis econômicas através do modelo Cox-proporcional.

4.2 Estimação Kaplan-Meier para o Brasil

Com base nos dados do Brasil, obteve-se duas curvas de sobrevivência tanto para ditaduras quanto para democracias. Na Figura 2 é demonstrada a probabilidade de sobrevivência da ditadura e da democracia para o Brasil.

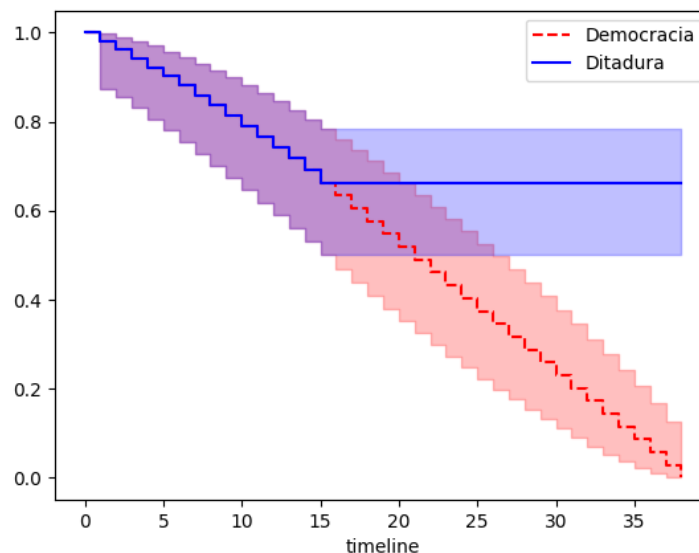


Figura 2 – Sobrevivência da Democracia e Ditadura no Brasil

Assim como no caso argentino, a ditadura brasileira demonstrou uma estabilização. A diferença é que, na função brasileira, essa estabilização ocorre após um tempo mais longo, de aproximadamente quinze anos, em um patamar de cerca de 60%. A tendência de estabilização da ditadura após esse período não deve ser interpretada como um resultado que contradiz a experiência histórica; apenas indica que as chances de sobrevivência se estabilizam após um determinado tempo, o que indica que ditaduras possuem mais instrumentos de consolidação institucional do que democracias. Nesse sentido, o resultado do modelo não deve ser entendido como uma contradição à experiência histórica.

Ademais, ao observarmos conjuntamente os resultados da economia brasileira e argentina, nota-se que ambas apresentaram uma tendência de estabilização, o que indica que as ditaduras

tendem a ser mais difíceis de colapsar do que as democracias, cuja probabilidade de sobrevivência é decrescente ao longo do tempo. Esses resultados mostram que as democracias argentina e brasileira se distanciam das democracias consolidadas, ou seja, hegemônicas e sem possibilidade de contestação. No caso destas últimas, a probabilidade de sobrevivência é suavemente crescente, como mostram os resultados de Svulik (2008).

4.3 Discussão de Resultados dos modelos com covariáveis

Tabela 1 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Breslow

	Ditad.-ARG		Democ.-ARG		Ditad.-BRA		Democ.-BRA	
	1	2	1	2	1	2	1	2
Duração	53	53	53	53	53	53	53	53
Evento	Ditadura	Ditadura	Democracia	Democracia	Ditadura	Ditadura	Democracia	Democracia
N. observações	53	53	53	53	53	53	53	53
N. eventos	10	10	43	43	15	15	38	38
Log-lik. parcial	-30.58	-12.10	-79.58	-61.70	-30.83	-13.35	-101.97	-76.78
Variáveis								
Gasto/PIB	0.82 (0.02)**	1.40 (0.58)	0.66 (<0.005)***	0.69 (<0.005)***	0.84 (<0.005)***	1.21 (0.08)*	0.95 (<0.005)***	1.13 (0.02)**
PIB		1.01 (0.95)		0.91 (0.05)**		1.03 (0.71)		0.97 (0.67)
População		1.00 (0.04)*		1.00 (<0.005)***		1.00 (<0.005)***		1.00 (0.04)*
Inflação		1.00 (0.51)		1.00 (0.72)		1.00 (0.99)		1.00 (0.10)
Desemprego		0.65 (0.27)		0.71 (0.03)**		0.99 (0.97)		0.78 (0.07)*
Desigualdade		1.29 (0.24)		1.25 (0.12)		0.56 (0.04)**		1.95 (<0.005)***
Concordância	0.81	0.97	0.86	0.92	0.84	1.00	0.78	0.85
AIC Parcial	63.15	36.20	161.15	135.41	63.66	38.70	205.93	165.56
Teste razão log-lik.	14.48 (1 df)	51.44 (6 df)	86.59 (1 df)	122.34 (6 df)	47.48 (1 df)	82.44 (6 df)	8.41 (1 df)	58.79 (6 df)
$-\log_2(p)$	12.79	28.62	66.02	77.33	37.39	49.67	8.07	33.55

Fonte: Resultados obtidos pelo autor. () - p-valor; *** 1%, ** 5%, * 10%.

Na segunda etapa da análise, estimou-se um modelo de regressão de Cox Proporcional para investigar a associação entre despesa pública e a sobrevivência de ditaduras e democracias na Argentina e no Brasil. Em ambos os países, dois modelos distintos foram estimados. No primeiro, apenas a variável despesa foi testada em relação a sobrevivência. No segundo, variáveis de controle referentes ao PIB, população, inflação, desemprego e desigualdade foram incluídas. Os resultados estão apresentados na Tabela 1, obtidos pela estimação de Breslow. Com base neles, observa-se que a variável referente a despesa foi positiva e estatisticamente significativa em relação a sobrevivência. Com exceção da democracia brasileira, após a inserção das variáveis de controle, a relação entre as variáveis permaneceu similar aos modelos sem essas variáveis, porém com maiores magnitudes. Além disso, ao incluir as variáveis de controle, o ajuste do modelo melhorou, com concordância de 0,97 e AIC igual a 36,20. Assim, conclui-se que a inserção das variáveis de controles melhoram as estimativas dos modelos

No caso da democracia, o aumento de uma unidade na despesa está associado a uma redução do fator de risco por 0.66, ou seja, uma redução de 34% na probabilidade de ocorrência do regime democrático no modelo sem variáveis de controle. Isso sugere que a sobrevivência da ditadura dependia, em certa medida, do aumento dos gastos públicos. Nesse contexto, o experimento liberal implementado na Argentina contribuiu significativamente para a curta duração do regime ditatorial entre 1976 e 1983. Em outras palavras, as políticas recessivas adotadas no período resultaram em baixo crescimento econômico, gerando insatisfação popular e acelerando o processo de desgaste do regime militar argentino.

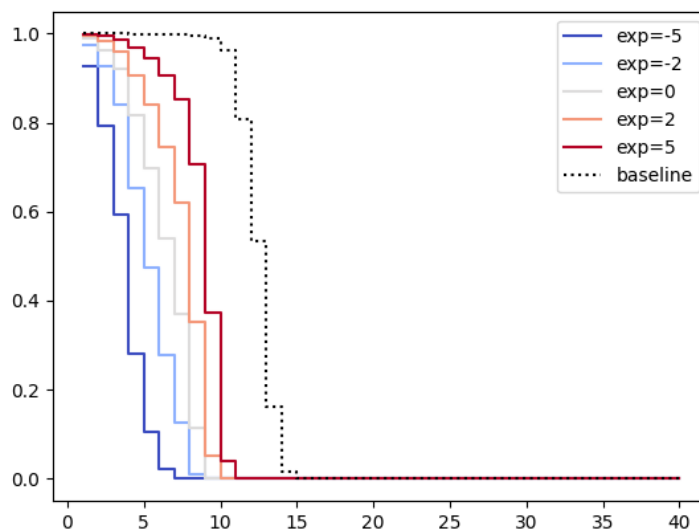


Figura 3 – Efeito parcial da despesa sobre a democracia argentina

A Figura 3, simula reduções de cinco e dois pontos, estabilidade em zero e aumentos de dois e cinco pontos. No eixo vertical está a probabilidade de sobrevivência e no eixo horizontal o tempo em anos. Os resultados indicam que uma redução em cinco nos valores da despesa faz com que o evento democracia aconteça cinco anos mais rápido. Ademais, o aumento em cinco unidades no gasto retarda o processo de democratização.

Os resultados para a população apresentaram coeficientes não interpretáveis, assim como os resultados para a inflação. Já o PIB mostrou uma relação negativa com a democratização, um aumento no PIB em uma unidade reduz em 9% a chance de ocorrência da democracia. O resultado também se opõe às principais teorias discutidas no presente trabalho, como as de Acemoglu e Robinson (2001) e Dahl (2012). Nesse caso, esperava-se que o efeito do PIB fosse neutro na transição de regimes, não um efeito negativo. A variável desemprego foi significativa, os resultados mostram que o aumento de uma unidade no desemprego reduz em 29% a probabilidade de ocorrência de democracia.

A análise das covariáveis com o método de Breslow para o Brasil revela que a desigualdade apresenta coeficiente negativo e estatisticamente significativo ao nível de 5%, indicando que o aumento da desigualdade está associado à redução no risco de transição de regime, em outras palavras, maiores níveis de desigualdade diminuem a probabilidade de ocorrência da ditadura. O resultado é o oposto no caso da democracia, verifica-se que o aumento de uma unidade na desigualdade implica um aumento de 95% de ocorrência da democracia. Os resultados são consistentes com a teoria, tanto para democracias quanto para ditaduras. A chance de uma ditadura ocorrer seria menor em sociedades desiguais, tendo em vista que os ricos não têm muito a ganhar com a elaboração do golpe de Estado. Por outro lado, os pobres tendem a ganhar mais com a ocorrência de uma democracia e influenciar uma distribuição equitativa de recursos ,

como atesta o teorema do eleitor mediano. Os resultados aqui encontrados contrastam com os resultados encontrados por Houle (2009) ao avaliar a relação para diversos países. Embora a relação teórica não seja verificada no caso geral, ela parece ser válida no caso brasileiro.

A variável população também se mostra significativa ao nível de 1%, com coeficiente negativo. Contudo, seus valores são próximos de zero, o que inviabiliza uma interpretação. Já a variável despesa indica que um aumento de uma unidade está associado a um acréscimo de 21% no risco de ocorrência do evento ditadura. Os resultados mostram que gastos maiores favorece a ocorrência de ditaduras. Contudo, os resultados não contrastam a hipótese aqui apresentada. Sabe-se que um aumento da despesa por vezes pode aumentar as despesas com bens públicos de caráter redistributivo, esse processo pode levar as elites a arquitetarem golpes de maneira a evitar perder sua parcela da renda. No momento do golpe militar de 1964, a economia brasileira vivia um longo período de expansão dos gastos públicos, contando com uma equipe econômica comprometida em reforçar ainda mais essa tendência de caráter equitativo no longo prazo a partir da elaboração do Plano Trienal. Em outras palavras, não apenas o aumento dos gastos, mas também a expectativa de sua continuidade constituiu um dos fatores que contribuíram para a ocorrência do golpe.

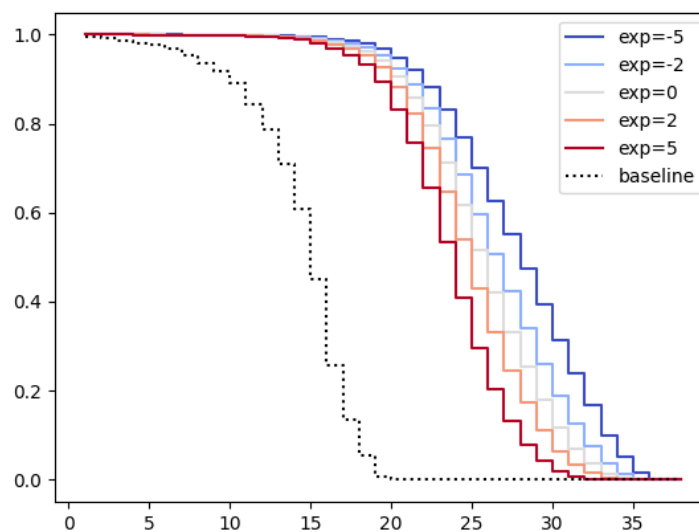


Figura 4 – Efeito parcial da despesa sobre a democracia brasileira

A Figura 4 mostra que o aumento de cinco na despesa acelera a ocorrência da democracia, acontecendo antes de trinta anos. A redução da despesa dificultaria a transição democrática, retardando o processo por mais cinco anos. Nota-se que de acordo com os resultados estatísticos, o aumento da despesa também se constitui como um dos fatores relevantes para consolidação da democracia brasileira, tendo em vista que o aumento em uma unidade de despesa aumenta a chance de ocorrência de democracia em 13%. Poderia se afirmar que esses resultados não encontram reflexo na experiência brasileira sob um regime autoritário. Na ditadura militar

brasileira houve uma extensiva ampliação da despesa e da carga tributária que não afetou a estabilidade do regime.

Entretanto, sabe-se que de maneira indireta por meio de diversos planos de desenvolvimento, foi assegurado o apoio das elites econômicas ao regime. De maneira direta pela via do congelamento dos salários reais, permitindo que a indústria pudesse se expandir a custos reduzidos e por meio das substituições de importações que bloqueava a concorrência externa.

Nesse sentido, o Estado desenvolvimentista dependia do apoio direto da dominação dos grupos industriais. Como afirma Cardoso e Faletto (1977) na medida em que as economias latino-americanas transicionavam para uma economia industrializada, maior era o papel da burguesia industrial no sistema de dominação. Cabe destacar que as vantagens não se limitaram ao setor industrial, as elites agroexportadoras também foram favorecidas, uma vez que o regime bloqueou iniciativas de redistribuição de renda, especialmente por meio da reforma agrária. Portanto, não foi o gasto em si que garantiu a sobrevivência do regime autoritário no Brasil, mas sim o apoio de uma elite específica, que direcionou os recursos em benefício próprio.

No momento em que a expansão do modelo de crescimento desenvolvimentista associado com a crise internacional no período passou a não mais servir aos interesses dos empresários, o grupo passou a se opor ao regime, como afirma Cardoso (1983). Nesse sentido, também é possível argumentar na direção contrária a hipótese do trabalho de que a expansão dos gastos pode estar associada a ocorrência da democracia.

Tabela 2 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Breslow com Penalizadores

	Ditad.-ARG		Democ.-ARG		Ditad.-BRA		Democ.-BRA	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Duração	53	53	53	53	53	53	53	53
Evento	Dit.	Dit.	Dem.	Dem.	Dit.	Dit.	Dem.	Dem.
N. observações	53	53	53	53	53	53	53	53
N. eventos	10	10	43	43	15	15	38	38
Log-lik. parcial	-37.00	-34.10	-111.82	-107.18	-48.02	-41.35	-105.27	-97.09
Variáveis								
Gasto/PIB	0.98 (0.20)	0.99 (0.38)	0.93 (<0.005)***	0.95 (<0.005)***	0.96 (<0.005)***	0.98 (0.06)*	0.99 (0.17)	1.00 (0.84)
PIB		1.00 (1.00)		1.00 (1.00)		1.05 (0.20)		1.00 (1.00)
População		1.00 (0.19)		1.00 (<0.005)***		1.00 (0.02)**		1.00 (0.39)
Inflação		1.00 (1.00)		1.00 (0.49)		1.00 (1.00)		1.00 (0.08)*
Desemprego		0.96 (0.26)		1.00 (1.00)		0.91 (0.08)*		0.96 (0.42)
Desigualdade		0.95 (0.28)		1.01 (0.80)		1.02 (0.76)		1.18 (<0.005)***
Concordância	0.81	0.92	0.86	0.92	0.84	0.97	0.78	0.86
AIC Parcial	76.00	81.20	225.64	226.35	98.05	94.96	212.53	206.19
Teste razão log-lik.	1.64 (1 df)	6.61 (6 df)	22.11 (1 df)	31.39 (6 df)	13.09 (1 df)	26.44 (6 df)	1.82 (1 df)	8.60 (6 df)
-log ₂ (p)	2.32	1.48	18.56	15.52	11.72	12.41	2.49	7.42

Fonte: Resultados obtidos pelo autor. () p-valor; *** 1%, ** 5%, * 10%.

Mantendo-se a estimação pelo método de Breslow, mas introduzindo penalizadores, os resultados apresentaram um nível de concordância de 0,92 para a Argentina. No entanto, novamente nenhuma das variáveis independentes apresentou significância estatística. Diante disso, notou-se que apesar do bom desempenho do modelo, os efeitos individuais das covariáveis sobre o risco não se mostraram estatisticamente distintos de zero.

No caso da democracia, o modelo apresentou uma concordância de 0,92, apresentando bom poder preditivo e adequado ajuste aos dados. Entre as variáveis analisadas, duas se mos-

traram estatisticamente significativas: o gasto público como proporção do PIB e a população. O aumento de uma unidade no gasto público em relação ao PIB teve efeito negativo e estatisticamente significativo, reduzindo em cerca de 5% o risco de ocorrência da democracia no modelo com variáveis de controle e em 7% no modelo sem variáveis de controle. Esses resultados corroboram aqueles obtidos sem a utilização de penalizadores, sugerindo que o regime autoritário argentino ao introduzir uma política fiscalmente restritiva acelerou os processos de insatisfação popular e derrocada do regime.

Adotando um nível de significância de 10%, observa-se que as variáveis de gasto público em proporção ao PIB, população e desemprego influenciam o risco de ditadura no caso do Brasil. O coeficiente negativo da razão de risco indica que o aumento dos gastos públicos reduz a o risco da ditadura em 2%, contrariando os resultados do modelo com a estimação sem penalizadores. Apesar de ter um AIC maior, acredita-se que esse modelo apresenta uma característica mais adequada a experiência histórica brasileira.

A variável desemprego, mostra efeito negativo, indicando que a desemprego está associado à estabilidade democrática, embora o efeito seja menos robusto. As variáveis PIB, inflação e desigualdade não apresentaram significância estatística. Os resultados com penalizadores mostraram-se não significativos para todas variáveis no caso da democracia brasileira. Com exceção da variável desigualdade, nessa abordagem, um aumento de uma unidade na variável desigualdade implica em um aumento de 18% no risco de ocorrência da democracia.

Tabela 3 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Spline

	Ditad.-ARG		Democ.-ARG		Ditad.-BRA		Democ.-BRA	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Duração	53	53	53	53	53	53	53	53
Evento	Dit.	Dit.	Dem.	Dem.	Dit.	Dit.	Dem.	Dem.
N. observações	53	53	53	53	53	53	53	53
N. eventos	10	10	43	43	15	–	38	38
Log-likelihood	-37.64	-12.54	-115.88	–	-513.71	–	-138.08	-110.03
Variáveis								
Gasto/PIB	0.79 (0.01)***	1.92 (0.35)	0.70 (<0.005)***	0.77 (<0.005)***	0.62 (0.21)	–	0.95 (<0.005)***	0.13 (0.01)**
PIB		1.04 (0.74)		0.93 (0.06)*		–		1.00 (0.99)
População		1.00 (0.01)**		1.00 (<0.005)***		–		1.00 (0.02)**
Inflação		1.00 (0.20)		1.00 (0.46)		–		1.00 (0.07)*
Desemprego		0.49 (0.10)*		0.77 (0.01)**		–		0.74 (0.02)**
Desigualdade		1.41 (0.20)		1.17 (0.20)		–		2.12 (<0.005)***
AIC	89.27	49.08	245.75	204.62	1041.42	–	290.16	244.06
Teste razão log-lik.	316.68 (1 df)	895.95 (6 df)	3728.69 (1 df)	3799.83 (6 df)	2.85 (1 df)	–	10.11 (1 df)	66.51 (6 df)
– log ₂ (p)	232.92	629.67	∞	∞	3.45	–	9.40	38.78

Fonte: Resultados obtidos pelo autor. () p-valor; *** 1%, ** 5%, * 10%.

(1) Modelo sem variáveis de controle; (2) Modelo com variáveis de controle. Baseline spline (5 nós).

Para a ditadura brasileira, a especificação spline com controles não apresentou resultados estáveis.

Mudando o método de estimação para o método Spline, a variável despesa mostrou-se significativa tanto para ditadura quanto para a democracia argentina no modelo sem variáveis de controle. A ocorrência do evento ditadura é dificultada pelo aumento da despesa, o mesmo acontece no caso da democracia, conforme a Tabela 3. Contudo ao se introduzir variáveis de controle, os resultados para ditadura perdem a significância estatística.

Nesse sentido, a variável desemprego foi significativa ao levar em consideração 10% de significância. O valor da razão de risco foi de 0.49, esse valor sinaliza que o aumento

em uma unidade de desemprego reduz em 51% o risco de ocorrência do evento de ditadura na Argentina. Apesar do resultado, positivo através do método Spline, sabe-se que o modelo apresentou um AIC superior de 49.08 e portanto, superior ao AIC do modelo de Breslow, sem penalizadores de 36.20. Diante disso, os resultados deste último devem ser levados em consideração tendo em vista o melhor ajuste do modelo.

Os resultados para democracia argentina com método Spline, tem o PIB, a despesa e o desemprego como variáveis significativas, em que identifica-se uma relação negativa entre gastos e transição democrática, assim como a relação entre população e democratização. Contudo, a variável população ainda apresentou coeficientes não interpretáveis. Para o PIB obtivemos um p-valor de 0,06 que é válido a 10% de significância, PIB também apresentou uma razão de risco de 0,93 que propõe que o aumento de uma unidade no PIB reduz em 7% o risco de transição democrática. A variável despesa também se mostrou significativa e os resultados sugerem que o aumento no desemprego em uma unidade reduz em 23% a chance de ocorrência da democracia.

Os mesmos valores se repetiram para o desemprego, porém com significância menor. Se compararmos os resultados de desemprego tanto para a democracia quanto para a ditadura nota-se que o aumento do desemprego tem um efeito negativo sobre a transição política. É possível que em períodos de elevação do desemprego pode haver uma vulnerabilidade econômica que inviabiliza a ação política e por sua vez, a transição entre regimes. Nesse sentido, seriam necessárias novas pesquisas capazes de avaliar a relação entre desemprego e sobrevivência de regimes políticos.

Contudo, a direção da desigualdade, inflação e até mesmo gasto como proporção do PIB também podem gerar vulnerabilidade econômica. Apesar disso, essas variáveis podem afetar a percepção social de justiça de maneira mais profunda do que o desemprego, tendo em vista a natureza cíclica do desemprego.

No caso da ditadura brasileira, os modelos de com estimação Piecewise e com Spline, apresentaram problemas de convergência, o que não permitiu a sua estimação. Esses problemas impediram a obtenção de estimativas confiáveis, tornando inviável a aplicação desses métodos para analisar o risco de transição de regime nesse período específico. A utilização do método Spline para democracia brasileira resultou na identificação de diversas variáveis estatisticamente significativas a 90% de significância. A primeira foi a população que possui coeficientes não interpretáveis. A inflação apesar de significativa não possui coeficientes interpretáveis, como no caso da população.

A desigualdade também foi significativa e indica que um aumento de uma unidade na desigualdade aumenta em 112% de ocorrência da democracia, esses resultados mostraram-se opostos aos resultados de Houle (2009). Na medida em que a desigualdade cresce, as classes de menor renda tendem a ganhar com a democratização. Apesar disso, esperava-se um resultado contrário tendo em vista na relação da despesa, esperava-se que a redução dos gastos leva-se a uma redução da probabilidade de democratização. Seus resultados indicam que um aumento de

uma unidade na despesa aumenta em 14% o risco de ocorrência da democracia. Já o desemprego apresenta uma relação negativa, um aumento de uma unidade no desemprego, reduz em 26% a ocorrência da democracia.

Tabela 4 – Resultados do modelo de Cox-Proporcional – Método Piecewise

	Ditad.-ARG		Democ.-ARG		Ditad.-BRA		Democ.-BRA	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Duração	53	53	53	53	53	53	53	53
Evento	Dit.	Dit.	Dem.	Dem.	Dit.	Dit.	Dem.	Dem.
N. observações	53	53	53	53	53	53	53	53
N. eventos	10	–	43	43	15	–	38	38
Log-lik. parcial	-38.79	–	-149.05	-138.59	-45.38	–	-146.97	-136.07
Variáveis								
Gasto/PIB	0.80 (0.01)**	–	0.88 (<0.005)***	0.82 (0.01)**	0.82 (<0.005)***	–	0.96 (0.01)**	1.02 (0.70)
PIB	–	–	–	0.95 (0.19)	–	–	–	1.00 (0.99)
População	–	–	–	1.00 (0.56)	–	–	–	1.00 (0.92)
Inflação	–	–	–	1.00 (1.00)	–	–	–	1.00 (0.06)*
Desemprego	–	–	–	0.92 (0.40)	–	–	–	0.86 (0.23)
Desigualdade	–	–	–	0.84 (0.07)*	–	–	–	1.33 (0.03)**
AIC Parcial	85.57	–	306.11	295.18	98.77	–	301.94	290.15
Teste razão log-lik.	17.09 (1)	–	38.98 (1)	59.91 (6)	57.81 (1)	–	6.08 (1)	27.87 (6)
$-\log_2(p)$	14.77	–	31.12	34.31	44.98	–	6.19	13.29

Fonte: Resultados obtidos pelo autor. () p-valor; *** 1%, ** 5%, * 10%.

Os resultados do modelo Piecewise indicaram a mesma direção para a despesa pública, existe uma relação positiva entre gasto e sobrevivência de regime, na medida em que o aumento nos gastos reduz a chance de ocorrência das variáveis democracia e ditadura no Brasil e na Argentina. Os modelos apresentaram também um AIC levemente superior aos modelos com variáveis de controle. Portanto, no caso da estimação com a variação Piecewise, a presença das variáveis de controle afeta pouco a robustez dos modelos.

Contudo, a estimação por meio de Piecewise para ditadura argentina e brasileira com variáveis de controle não foi possível de ser realizada, já que o método Piecewise exige mais parâmetros para estimação. Diante disso, não foi possível encontrar uma solução estável. Contudo, utilizando o mesmo método para a democracia, obteve-se resultados significativos para a despesa a 5% de significância, bem como desigualdade a 10% de significância. A variável despesa sugere que o aumento da despesa reduz em 18% a transição para democracia. Já o aumento da variável desigualdade sugere uma redução de 8% da chance de ocorrência de democracia.

No caso da democracia brasileira, somente a desigualdade mostrou-se como significativa e interpretável no caso brasileiro. Utilizando essa metodologia um aumento de uma unidade em desigualdade aumento em 33% o risco de ocorrência da democracia, conforme as hipóteses esperadas. Apesar disso, nota-se que o modelo Piecewise possui um AIC superior ao modelo Spline de 290.15 e teste de razão de verossimilhança inferior. Estes resultados demonstram que o modelo Spline é superior e melhor ajustado.

Tabela 5 – Resultados do modelo AFT (Weibull)

	Ditadura – ARG		Democracia – ARG		Ditadura – BRA		Democracia – BRA	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Duração	53	53	53	53	53	53	53	53
Evento	Ditadura	Ditadura	Democracia	Democracia	Ditadura	Ditadura	Democracia	Democracia
N. observações	53	53	53	53	53	53	53	53
N. eventos	10	10	43	43	15	15	38	38
Log-likelihood	-39.38	-14.15	-141.38	-119.65	-46.27	-21.75	-142.81	-125.11
Variáveis								
Gasto/PIB	1.30 (0.01)***	0.85 (0.20)	1.06 (<0.005)***	1.02 (0.17)	1.10 (0.001)***	0.98 (0.19)	1.02 (<0.005)***	0.99 (0.54)
PIB		1.00 (0.86)		1.00 (0.72)		1.00 (0.60)		1.00 (0.84)
População		1.00 (<0.005)***		1.00 (<0.005)***		1.00 (<0.005)***		1.00 (0.93)
Inflação		1.00 (0.17)		1.00 (0.33)		1.00 (0.18)		1.00 (0.03)**
Desigualdade		0.92 (0.07)*		1.03 (0.13)		1.09 (0.29)		0.89 (0.01)**
Desemprego		1.11 (0.17)		1.00 (0.99)		0.86 (0.01)**		1.06 (0.07)*
AIC	84.76	44.30	288.76	255.30	98.55	59.51	291.61	266.22
Concordância	0.81	0.97	0.86	0.94	0.84	1.00	0.78	0.87

Fonte: Resultados obtidos pelo autor. () p-valor; *** 1%, ** 5%, * 10%.

O contrário da estimação por Piecewise acontece no modelo AFT, agora existe uma relação negativa entre aumento do gasto e sobrevivência de um determinado regime, o crescimento do gasto em uma unidade implica em um aumento do risco de ocorrência do regime político. Contudo, ao introduzir-se variáveis de controle, as relações entre despesa e chance de ocorrência de um regime desaparecem.

Nos modelos com variáveis de controle, a estimação pela análise de Weibull para a ditadura argentina sugere que o aumento em uma unidade na variável desigualdade reduz o tempo esperado até o evento da ditadura em 11%, Com p-valor de 0,075, esse resultado é válido somente a um nível de significância de 10%. Esses resultados contrapõe a teoria de Acemoglu e Robinson (2001), tendo em vista que o aumento da desigualdade devia ampliar tanto a ocorrência de democracia quanto de uma ditadura. Contudo, o AIC do modelo mostrou-se inferior ao modelo de Breslow sem penalizadores. Diante disso, deve-se entender que o modelo não apresenta um bom ajuste em comparação com outros modelos e que seus resultados devem ser descartados. O modelo Weibull para a democracia argentina não apresentou resultados significativos

A estimação de Weibull no caso da ditadura brasileira, apenas o desemprego apresentou efeito estatisticamente significativo. O coeficiente negativo associado a razão de risco sugere que níveis mais elevados de desemprego reduzem o tempo até a ocorrência de ditadura, aumentando o risco em aproximadamente 14% em relação à referência. As demais variáveis como PIB, gastos do governo como proporção do PIB, inflação, desigualdade e população, não apresentaram efeito estatisticamente significativo. No caso da democracia brasileira, a abordagem de Weibull tem desigualdade e desemprego como significativas. Diferente dos resultados anteriores, nesse caso um aumento da desigualdade desacelera a ocorrência da democracia, ao passo que o desemprego acelera a ocorrência do fenômeno.

De maneira geral, observa-se em todos os modelos a ausência de fatores econômicos que expliquem a duração da ditadura argentina, ao menos no que diz respeito a variáveis econômicas observáveis e testáveis pelos modelos aqui apresentados. Esse resultado mostra que a persistência do regime não esteve vinculada ao desempenho econômico ou a indicadores considerados relevantes na literatura sobre golpes de Estado. Em vez disso, outros fatores

podem ser levados em consideração como decisões geopolíticas e influências externas na política argentina. Ademais, a relação entre os gastos públicos e o estabelecimento de regimes ditatoriais e democráticos no Brasil mostra-se um elemento recorrente no processo de consolidação política do país.

Para o Brasil, os resultados do modelo de Cox com estimação de Breslow indicam que a desigualdade é a variável central na explicação das transições de regime. Já a despesa pública apresentou efeito positivo e estatisticamente relevante sobre o risco de ocorrência de ditaduras. A interpretação aqui apresentada é que se tal aumento estiver associado a políticas redistributivas ou à expectativa de sua continuidade, podem estimular reações das elites no sentido de preservar sua parcela da renda. O caso brasileiro de 1964 é uma demonstração desse mecanismo, dado o contexto de expansão dos gastos públicos e a sinalização de aprofundamento dessa trajetória com o Plano Trienal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperava-se que os resultados indicassem uma relação negativa entre a despesa pública e a ocorrência dos eventos ditadura e democracia em ambos os países. Essa hipótese fundamenta-se na ideia de que o aumento da despesa pública teria capacidade de sustentar a sobrevivência do regime vigente em todos os casos. Nesse sentido, quando o aumento da despesa está positivamente associado à ocorrência de determinado evento, isso indica que tal variável atua como um fator que reduz a sobrevivência do regime oposto. Assim, se o aumento da despesa estiver associado à ocorrência da democracia, infere-se que ele apresenta uma relação negativa com a sobrevivência da ditadura.

Sem uso das variáveis de controle, esse resultado foi encontrado. Contudo, essa relação só foi observada para a democracia argentina, tendo em vista que o regime militar argentino atuou na direção oposta, na medida em que reduziu a despesa, pode se afirmar que essa redução pode ter levado ao processo de abertura democrática argentina.

Além disso, a ausência de relação entre a ditadura argentina e variáveis econômicas foi comum a todos os modelos estimados. Essa inexistência de efeitos sugere que fatores extraeconômicos podem exercer maior influência sobre a ocorrência e a duração de regimes ditatoriais no país. Nesse sentido, torna-se necessária a realização de novas pesquisas que investiguem a relação entre a ditadura militar argentina e componentes geopolíticos ou mesmo culturais.

No caso do Brasil, a variável despesa apresenta relação positiva na ocorrência da ditadura. Essa proposição pode ser válida na medida em que a expansão dos gastos públicos eram uma constante até a ocorrência do golpe de 1964. Parte-se da ideia de que o aumento da despesa, principalmente de maneira equitativa, gerou grande insatisfação dos grupos empresariais, que reorientaram o aparelho estatal para benefício próprio. A democratização também pode ter sido resultado da expansão da despesa, ao passo que as crises da década de 1970, fazem o modelo desenvolvimentista se esgotar.

Quanto ao papel das variáveis de controle, algumas relações entre variáveis macroeconômicas e a ocorrência de um determinado regime foram encontradas e merecem destaque. A maior parte dos resultados corrobora a ausência de uma relação estatisticamente significativa entre crescimento econômico e transição política, esse achado se mostra consistente com as proposições teóricas e achados empíricos de Acemoglu et al. (2009) e Dahl (2012). Ambos argumentam que o crescimento econômico, por si só, não é condição suficiente para promover a democratização, uma vez que fatores institucionais, históricos, distributivos e até mesmo culturais exercem papel decisivo na configuração e estabilidade dos regimes políticos.

Nesse sentido, notou-se que essa proposição teórica foi confirmada. A variável PIB foi

pouco significativa em modelos mais completos, que levaram em questão outras variáveis. Logo, a ideia de que a democratização de um país é um fenômeno linear que segue uma tendência de desenvolvimento econômico deve ser descartada, não somente pelo consenso teórico, mas pelas demonstrações empíricas deste e de outros trabalhos como o de Acemoglu et al. (2009). Portanto, a inclusão de outras variáveis foi relevante para extrair mais informações sobre o fenômeno estudado.

Esperava-se encontrar uma relação positiva para desigualdade de renda para transição democrática e os dois países. No caso Argentino, o único resultado significativo identificava que o aumento na desigualdade reduzia a probabilidade de ocorrência da ditadura. O mesmo aconteceu pela estimação por Piecewise para democracia. Diante disso, deve-se levar em consideração o contexto histórico, tendo em vista que a desigualdade de renda aumentou durante o período de ditadura da amostra, mas também no período democrático. É possível afirmar que a transição de regimes na Argentina foi menos afetada pela desigualdade de renda do que por outros fatores sejam eles de natureza econômica ou não.

Do ponto de vista teórico avanço da desigualdade de renda implica em um aumento da insatisfação popular e uma demanda por maior participação política e melhores condições materiais, levando a transição política de acordo com as proposições teóricas de Acemoglu e Robinson (2001). O resultado foi o oposto do caso argentino para a ditadura brasileira de duração muito mais longa e com impactos muito mais profundos sobre a desigualdade de renda.

Por fim, nota-se que a relação entre aumento da despesa e ocorrência de um regime não foi identificada, com exceção do caso da democracia argentina. Somente nele é possível afirmar que o aumento dos gastos seria capaz de garantir a sobrevivência do regime político ditatorial. Para o Brasil, a relação identificada foi a oposta e só parcialmente pode-se afirmá-la. Portanto, não se pode propor como no modelo de Acemoglu e Robinson (2001) de que a despesa em si aumentaria em uma sociedade democrática. Na verdade, o que pode ser afirmado é que as coordenações da política fiscal que acontecem dentro do estado possuem outros determinantes além da decisão dos grupos de interesse. Ademais, elas não possuem uma direção clara, seja ela expansionista ou contracionista, mas o que de fato pode ser destacado é que essa pode mudar mediante os interesses desses grupos, variando de acordo com o contexto externo.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D. et al. Reevaluating the modernization hypothesis. Journal of monetary economics, Elsevier, v. 56, n. 8, p. 1043–1058, 2009.
- ACEMOGLU, D. et al. Democracy, redistribution, and inequality. In: Handbook of income distribution. [S.l.]: Elsevier, 2015. v. 2, p. 1885–1966.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. [S.l.]: Elsevier Brasil, 2012.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. A theory of political transitions. American Economic Review, American Economic Association, v. 91, n. 4, p. 938–963, 2001.
- ALESINA, A. F.; TABELLINI, G. Voting on the budget deficit. [S.l.]: National Bureau of Economic Research Cambridge, Mass., USA, 1988.
- ALMEIDA, R. G. de. Dreaming of unity: essays on the history of new political economy. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- ALTIMIR, O.; BECCARIA, L.; ROZADA, M. G. La distribución del ingreso en argentina, 1974-2000. Revista de la CEPAL, United Nations, v. 2002, n. 78, p. 55–85, 2002.
- ALVES, V. de O.; RODRIGUES, R. V.; JUNIOR, G. E. S. A teoria econômica da política fiscal: uma avaliação comparativa dos paradigmas keynesiano, neoclássico, monetarista e novo consenso macroeconômico (ncm). Revista de Economia, v. 44, n. 83, p. 1–32, 2023.
- AMARAL, M. S. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2012.
- ARROW, K. Social choice and individual values. John Wiley Sons, 1951.
- BALAMATSIAS, P. Democracy and government spending. 2018.
- BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. 3ª edição. Florianópolis: Insular, 2015.
- BJØRNSKOV, C.; RODE, M. Regime types and regime change: A new dataset on democracy, coups, and political institutions. The Review of International Organizations, Springer, v. 15, n. 2, p. 531–551, 2020.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 38, 2010.
- CALCAGNO, A. Public finances. The economic accomplices to the Argentine dictatorship, Cambridge University Press Cambridge, p. 90–104, 2016.
- CARDOSO, F. G. Nove clássicos do desenvolvimento econômico. [S.l.]: Paco Editorial, 2019, p.216.
- CARDOSO, F. H. O papel dos empresarios no processo de transição: O caso brasileiro. Dados Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9–27, 1983.

- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Quarta Edição. [S.l.]: Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CASTRO, A. B. d.; SOUZA, F. E. P. d. A economia brasileira em marcha forçada. (No Title), 1985.
- CHAMBERLAIN, G. Analysis of covariance with qualitative data. The review of economic studies, Wiley-Blackwell, v. 47, n. 1, p. 225–238, 1980.
- CHEIBUB, J. A.; GANDHI, J.; VREELAND, J. R. Democracy and dictatorship revisited. Public choice, Springer, v. 143, p. 67–101, 2010.
- COONEY, P. Argentina's quarter century experiment with neoliberalism: from dictatorship to depression. Revista de economia contemporanea, SciELO Brasil, v. 11, p. 7–37, 2007.
- DAHL, R. Poliarquia: Participação e Oposição. [S.l.]: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- DOWNS, A. An economic theory of democracy. Harper and Row, v. 28, 1957.
- FERRARI, A.; CUNHA, A. M. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. Economia e Sociedade, SciELO Brasil, v. 17, p. 47–80, 2008.
- FOLEY, D. K. State expenditure from a marxist perspective. Journal of Public Economics, Elsevier, v. 9, n. 2, p. 221–238, 1978.
- FRANK, A. G. El desarrollo del subdesarrollo. [S.l.: s.n.], 1991.
- FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento. São Paulo:Companhia Editora Nacional, 1977.
- GEORGE, B.; SEALS, S.; ABAN, I. Survival analysis and regression models. Journal of nuclear cardiology, Elsevier, v. 21, n. 4, p. 686–694, 2014.
- GREENE, W. H. Econometric analysis 4th edition. International edition, New Jersey: Prentice Hall, p. 201–215, 2000.
- HEREDIA, M. Economic ideas and power during the dictatorship. The economic accomplices to the Argentine dictatorship, Cambridge University Press Cambridge, p. 47–59, 2016.
- HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005a.
- HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o ii pnd e a crise da dívida externa (1974-1984). Economia brasileira contemporânea (1945-2004), Elsevier Rio de Janeiro, p. 93–115, 2005b.
- HOULE, C. Inequality and democracy: Why inequality harms consolidation but does not affect democratization. World politics, Cambridge University Press, v. 61, n. 4, p. 589–622, 2009.
- HUBER, E.; STEPHENS, J. D. Income inequality and redistribution in post-industrial democracies: demographic, economic and political determinants. Socio-Economic Review, Oxford University Press, v. 12, n. 2, p. 245–267, 2014.

- KALBFLEISCH, J. D.; PRENTICE, R. L. The statistical analysis of failure time data. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2002.
- KAPLAN, E. L.; MEIER, P. Nonparametric estimation from incomplete observations. Journal of the American statistical association, Taylor & Francis, v. 53, n. 282, p. 457–481, 1958.
- LANGE, O. On the economic theory of socialism. The review of economic studies, Wiley-Blackwell, v. 4, n. 1, p. 53–71, 1936.
- LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. Escola de Pos-Graduação em Economia da FGV, 1973.
- LEWIS, W. A. et al. Economic development with unlimited supplies of labour. Bobbs-Merrill Company, College Division, 1954.
- LIPSET, S. M. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy¹. American political science review, Cambridge University Press, v. 53, n. 1, p. 69–105, 1959.
- MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. Nova economia, SciELO Brasil, v. 15, p. 53–92, 2005.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.
- NORDHAUS, W. D. The political business cycle. The review of economic studies, Wiley-Blackwell, v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975.
- NORTH, D. C. Institutions, institutional change and economic performance. [S.l.]: Cambridge university press, 1990.
- OLIVEIRA, M. J. d. A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964–1985). Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2007.
- OSEI-TUTU, F.; WEILL, L. Democracy favors access to credit of firms. European Journal of Political Economy, Elsevier, v. 77, p. 102312, 2023.
- PIKETTY, T. O capital no século XXI. [S.l.]: Editora Intrínseca, 2014.
- PROFETA, P.; PUGLISI, R.; SCABROSETTI, S. Does democracy affect taxation and government spending? evidence from developing countries. Journal of Comparative Economics, Elsevier, v. 41, n. 3, p. 684–718, 2013.
- PRZEWORSKI, A. Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America. [S.l.]: Cambridge university press, 1991.
- PRZEWORSKI, A. Capitalism, development, and democracy. Brazilian Journal of Political Economy, SciELO Brasil, v. 24, p. 487–500, 2004.
- RODRIK, D.; WACZIARG, R. Do democratic transitions produce bad economic outcomes? American Economic Review, American Economic Association, v. 95, n. 2, p. 50–55, 2005.
- ROMER, D. Advanced macroeconomics. [S.l.]: McGraw-Hill/Irwin New York, 2012. v. 2.

- ROSSI, I. A. et al. Los problemas económicos de argentina entre la dictadura (1976-1983) y la democracia (1983-1989): revisión de la literatura heterodoxa y sus principales contribuciones. Ágora de Heterodoxias, Universidad Centroccidental Lisandro Alvarado, v. 7, n. 2, p. 50–71, 2021.
- RUGITSKY, F. Questão de estilo: a mudança estrutural para a igualdade e seus desafios. 2019.
- SOUZA, L. E. S. d. A arquitetura de uma crise: história e política econômica na Argentina, 1989-2002. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2007.
- SVOLIK, M. Authoritarian reversals and democratic consolidation. American Political Science Review, Cambridge University Press, v. 102, n. 2, p. 153–168, 2008.
- TORRADO, S. et al. Estructura social de la argentina 1945-1983. Buenos Aires: Ediciones de la flor,, 1992.
- VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Revista Brasileira de Economia, SciELO Brasil, v. 62, p. 221–246, 2008.
- VILLELA, A. Dos anos dourados de jk à crise não resolvida. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Campus, 2005.
- WANG, Q.-J. et al. The impacts of democracy on innovation: Revisited evidence. Technovation, Elsevier, v. 108, p. 102333, 2021.
- WONG, G. Y. et al. Piecewise cox models with right-censored data. Communications in Statistics-Simulation and Computation, Taylor & Francis, v. 46, n. 10, p. 7894–7908, 2017.